

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

EDUARDO ANDRÉ TILLMANN

**ESCOLARIDADE, RENDIMENTOS E DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE OS
JOVENS NO BRASIL**

Porto Alegre

2013

EDUARDO ANDRÉ TILLMANN

**ESCOLARIDADE, RENDIMENTOS E DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE OS
JOVENS NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Flávio V. Comim

Porto Alegre

2013

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

CIP - Catalogação na Publicação

André Tillmann, Eduardo
Escolaridade, rendimentos e desigualdade de
gênero entre os jovens no Brasil / Eduardo André
Tillmann. -- 2013.
69 f.

Orientador: Flávio Vasconcellos Comim.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2013.

1. Jovens. 2. Brasil. 3. NEET. 4. Tarefas
domésticas. 5. Salários. I. Vasconcellos Comim,
Flávio, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

EDUARDO ANDRÉ TILLMANN

ESCOLARIDADE, RENDIMENTOS E DESIGUALDADE DE GÊNERO ENTRE OS JOVENS NO BRASIL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, com ênfase em Economia Aplicada.

Aprovada em: Porto Alegre, 19/11/2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Flavio Vasconcellos Comim - Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Felipe Garcia Ribeiro
Universidade Federal de Pelotas – UFPel

Prof. Dr. Hudson da Silva Torrent
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof. Dr. Sabino da Silva Porto Júnior
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha **família**, em especial a minha mãe **Maria Ângela André Tillmann** pela sua incansável colaboração durante toda a minha existência e a minha namorada **Thais Formozo** pela interminável paciência e amor durante esses anos. Agradeço também ao meu avô **Rubens Bastos André**, que carinhosamente criei o hábito de chamar de *Dindo*, pelos seus ensinamentos e companheirismo, além de ter sempre acreditado em mim e no meu potencial, apesar de todas as dificuldades encontradas.

Este trabalho, no entanto, não poderia ter sido concluído sem a preciosa colaboração, paciência e presteza de **Caio Piza, Vivian Queiroz e Martin Cicowiez** professor da UNLP. Além disso, agradeço aos meus colegas, **Bernardo Keiserman, Breno Arantes, Bruno Tardelli, Ianes Ratnieks, Ildo Lautharte, Fernando Cruz, Gabriel Torres, Leandro Padulla, Tiago e Diego Tristão** pelos momentos agradáveis e o forte vínculo de amizade e colaboração. Agradeço também aos alunos de doutorado, em especial ao **Gabrielito Menezes, Paulo Henrique Dias Junior e Rodrigo Fernandez** que sempre estiveram ao meu lado, tanto nos momentos mais difíceis como nos mais alegres.

Agradeço a todos os **professores do curso**, em especial ao meu orientador **Flavio Vasconcellos Comim** pela excelente amizade construída, além da dedicada orientação, apoio, críticas, sugestões e pela confiança depositada em mim. Seria também injusto não agradecer aos professores **Giacomo Balbinotto Neto, Felipe Garcia, Hudson Torrent e Sabino Porto Júnior** por estarem sempre disponíveis e dispostos a compartilhar suas experiências e conhecimentos, além das valiosas sugestões para o presente trabalho e a presteza nos momentos de maior apuro, dúvidas e dificuldades.

Por fim, agradeço a **Universidade Federal do Rio Grande do Sul** pela oportunidade de formação acadêmica e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**, pelo apoio financeiro, possibilitando a continuidade dos meus estudos.

One of the great things about books is sometimes there are some fantastic pictures.

George W. Bush

RESUMO

Esta dissertação é composta por dois ensaios, ambos se referem aos jovens brasileiros. O primeiro deles, busca identificar características ligadas à alocação do tempo entre trabalhar e estudar. Para tal duas definições de trabalho são utilizadas, a de ocupação remunerada, e outra que inclui também os trabalhos sem remuneração, entre estes à responsabilidade sobre os afazeres domésticos. Na primeira definição, destacaram-se o papel da educação dos pais e da renda do domicílio, reforçando a idéia de que existe uma transmissão intergeracional da educação e de oportunidades. Além disso, habitar o meio rural e o casamento foram identificados como maiores influências para que as jovens não estivessem mais estudando, principalmente na definição que inclui os afazeres domésticos. Ainda, no que se refere à probabilidade de ser NEET, isto é, jovem que não estuda e não trabalha, a comparação entre as duas definições mostrou que quando se consideram apenas o trabalho remunerado, as mulheres possuem elevadas chances de estarem nesta categoria e, inclusive, com menor tendência de queda nestes valores com a idade. Já o segundo ensaio objetiva identificar os determinantes dos salários dos jovens. Neste sentido, o nível educacional e o papel do mercado formal de trabalho foram destacados os principais promotores de melhores salários, beneficiando principalmente as mulheres. Assim, de forma geral, destacou-se a necessidade de buscar instrumentos que permitam uma maior conciliação entre os afazeres domésticos, o mercado de trabalho e os estudos. Além de ressaltar a necessidade de políticas que promovam a formalidade no mercado de trabalho e incentivem a escolaridade, dois aspectos cruciais para reduzir a desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Jovens. Brasil. NEET. Tarefas domésticas. Salários.

ABSTRACT

This dissertation consists of two essays, both refer to young people living in Brazil. The first essay seeks to identify characteristics related to the allocation of time between work and study. For that, two definitions of work are used, one considering only paid labor, and the other including unpaid labor, among these are the responsibility for housework. In the first definition, the role of parents' education and household income are underlined, reinforcing the idea that there is an intergenerational transmission of education and opportunities. Furthermore, living in rural areas and marriage were identified as major influences for the youth being outside of school, especially in the definition that includes the housework. Besides that, with regard to the likelihood of being a NEET, the comparison between the two definitions showed that when only paid work was considered, women have higher chances of being in this category, and with a less downward trend in these probabilities with age. The second study aims to identify the determinants of wages of young people. In this sense, the educational level and the role of the formal labor market were highlighted as major promoter of better wages, benefiting mainly women. Thus, in general, the results of this dissertation emphasize the need for the adoption of tools so that women can be more able to combine housework, market work and study. In addition, it highlights the need for policies that promote labor market formality and encourage schooling, two crucial aspects to reduce gender inequality.

Keywords: Youth. Brazil. NEET. Housework. Earnings.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição dos jovens de acordo com a categoria e sexo.....	22
Figura 2. Distribuição dos jovens de acordo com área de residência em 2011.....	23
Figura 3. Distribuição dos jovens de acordo com os anos de estudo e categoria.....	25
Figura 4. Idade e categoria dos jovens em 2011, separados por gênero.....	27
Figura 5. Quantidade total de mulheres jovens NEETs e o percentual delas com filhos.....	28
Figura 6. Idade e posição dos jovens no domicílio em relação ao chefe, separados por gênero.....	29
Figura 7. Idade e posição dos jovens NEETs no domicílio em relação ao chefe, separados por gênero.	31
Figura 8. Previsão para a probabilidade de ser NEET, para homens e mulheres jovens, de acordo com os intervalos de anos de escolaridade.	42
Figura 9. Previsão para a probabilidade de ser NEET, considerando trabalho doméstico na definição de trabalho, para homens e mulheres jovens, de acordo com grupos de ano de escolaridade.	43
Figura 10. Previsão para os salários dos jovens, diferenciado por gênero.	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Taxas de risco relativas da aplicação do modelo <i>logit multinomial</i> para os homens jovens – 2011.....	37
Tabela 2. Taxas de risco relativas da aplicação do modelo <i>logit multinomial</i> para as mulheres jovens – 2011.....	39
Tabela 3. Estimação da equação de participação no mercado de trabalho, segundo gênero....	49
Tabela 4. Estimação da equação de retorno salarial horário do trabalho principal, segundo gênero.	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 ABORDAGEM DO CAPITAL HUMANO	13
2.2 ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES	16
2.3 JAMES HECKMAN	17
2.4 OS JOVENS NEETS.....	19
3 PERFIL DOS JOVENS NO BRASIL.....	22
4 DETERMINANTES DA ALOCAÇÃO DO TEMPO DOS JOVENS	33
4.1 INTRODUÇÃO.....	33
4.2 MÉTODO	34
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
4.3.1 Impacto da definição de trabalho e sobre a categoria NEET.....	42
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
5 DETERMINANTES DOS SALÁRIOS DOS JOVENS	46
5.1 INTRODUÇÃO.....	46
5.2 MÉTODO	47
5.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6 CONCLUSÃO FINAL	56
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE	65

1 INTRODUÇÃO

Quais são os determinantes da alocação de tempo dos jovens entre estudo e trabalho? A inclusão das tarefas domésticas na definição de trabalho possui alguma diferença nesta decisão? No que se refere aos salários dos jovens, o que é relevante para sua determinação? É possível identificar diferenças de gênero? A maneira com a qual os jovens alocam seu tempo entre estudar e trabalhar possui implicações importantes em termos de escolaridade, oportunidades de emprego e de ganhos futuros. Estas atividades, no entanto, possuem elevados custos de oportunidade para as famílias, atingindo principalmente àquelas em situação de maior vulnerabilidade (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2009).

Atualmente, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílio – PNAD (2011) –, o Brasil possui 49,1 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que representa 25% da população total. É um enorme desafio promover um crescimento que seja capaz de garantir uma vida digna a todos estes jovens. Especialmente em um país marcado pela baixa qualidade da educação secundária (BRUNS et al., 2012), onde 75,1 de cada 1000 adolescentes entre 15-19 anos estão grávidas, uma das taxas mais altas do mundo (UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND, 2010), e possuidor da quinta maior taxa de homicídio dos jovens entre 15 e 24 anos, com 63 homicídios por 100,000 habitantes (WORLD HEALTH ORGANIZATION STATISTICAL INFORMATION SYSTEM, 2008).

Estes fatores, associados à situação de pobreza, baixa escolaridade, falta de oportunidades e de perspectivas futuras, remetem à dificuldade de inserção social dos jovens no Brasil. Estas dificuldades também estão correlacionadas com o prolongamento do processo de transição para a vida adulta, justificado primeiramente pela extensão da permanência do jovem na escola (CAMARANO et al., 2006) e, mais recentemente, pelo aumento dos que não estudam e não trabalham (CAMARANO e KANSO, 2012). Estes últimos, recebem a nomenclatura de NEETs ou NiNis¹, e são muitas vezes associados a famílias de menor renda e escolaridade, em situação de severa vulnerabilidade, com maior propensão de usar drogas e álcool, de gravidez prematura, envolvimento no crime e, principalmente, de possuírem menores chances de alcançar oportunidades futuras de desenvolvimento profissional e humano (PARDO, 2011; DORSETT; LUCCHINO, 2012).

¹ NEETs ou NiNis são as siglas em inglês e espanhol que indicam aqueles que não estudam e não trabalham.

Segundo a PNAD 2011, o percentual de mulheres que não estudam e não trabalham no Brasil é de 28,6% contra 12,2% dos homens. Isto faz com que 70% dos indivíduos que não trabalham e não estudam sejam mulheres. Demonstrando o forte componente de gênero que existe neste fenômeno, uma vez que as mulheres jovens² são mais propensas a permanecer em casa para realizar as atividades domésticas, como cuidar de irmãos menores e dos filhos (CHEVALIER; VIITANEN, 2003; NOVELLINO, 2010).

Em função destas evidências, é cada vez maior a literatura que busca investigar os efeitos das tarefas domésticas na escolaridade e na participação no mercado de trabalho de crianças e jovens. Estudos como o de Levison e Moe (1998), Kimmel e Connelly (2006) e Levison et al. (2001) argumentam que ao não se considerarem estas atividades como trabalho, são negligenciadas muitas particularidades, principalmente das mulheres jovens, no que tange a alocação entre estudo e trabalho.

Um destes fatores é a desigualdade nos rendimentos entre os sexos, que muitas vezes está associada às responsabilidades das tarefas domésticas, que limitam o tempo e o esforço das mulheres que poderia ser dedicado ao trabalho (MINCER; POLACHEK, 1974). No entanto, estudos para o Brasil, como Leme e Wajnman (2000), Coelho e Corseuil (2002) e Loureiro et al. (2004), indicam que a maior parte deste diferencial é devido à discriminação e não às diferenças em produtividade, o que afeta a oferta de trabalho das mulheres e compromete seu papel enquanto provedoras de renda dentro das famílias.

Estas diferenças de gênero durante o período da juventude, seja na alocação do tempo entre estudar e trabalhar ou nos rendimentos, constituem o foco principal deste trabalho. O objetivo é, portanto, identificar os contribuintes para esta desigualdade e propor políticas voltadas a combater estes fatores, utilizando como ponto de vista diferentes paradigmas do desenvolvimento humano.

Neste sentido, esta dissertação está dividida, além desta introdução, em cinco capítulos. O segundo capítulo trata da revisão de literatura, onde são expostas três correntes de pensamento sobre o papel da juventude no desenvolvimento humano, para em seguida, expor a problemática dos jovens NEETs. No terceiro capítulo, são apresentados os dados da PNAD 2011 utilizados nas análises que visam atender os objetivos propostos pela presente dissertação. O quarto capítulo é dedicado à investigação empírica sobre a alocação do tempo dos jovens, com ênfase nos que não trabalham e não estudam. O quinto capítulo se dedica a

² A definição de jovens segue a Emenda à Constituição de nº 42/08, que caracteriza a faixa etária dos jovens de 15 a 29 anos.

investigar os determinantes dos rendimentos dos jovens e, por fim, o sexto capítulo apresentada as conclusões finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As diferentes teorias do desenvolvimento humano encaram a juventude como um período fundamental, destacando a importância de melhores oportunidades, da escolaridade e do ambiente familiar no desenvolvimento de seu potencial. Por isso, é essencial a promoção de um crescimento capaz de garantir uma vida digna a todos os jovens.

Este capítulo tem como finalidade demonstrar algumas destas teorias e, subsequentemente, ressaltar as contribuições deste arcabouço teórico para o entendimento dos riscos e dificuldades associados aos jovens NEET, especialmente no Brasil.

2.1 ABORDAGEM DO CAPITAL HUMANO

A juventude configura-se como uma faixa de idade bastante propícia para investimentos em capital humano, uma vez que há um horizonte mais longo de tempo para que se recuperem os custos e exista uma maior maturação destes investimentos. Esta é a principal visão da abordagem do capital humano sobre os jovens, uma vez que por ela, a decisão de estudar pode ser entendida como um investimento de longo prazo, contabilizado pelos seus ganhos potenciais sobre os níveis de consumo e renda futuros.

O termo capital humano deve sua origem ao fato de que investimentos realizados em educação e saúde podem ser encarados como uma forma de capital, uma vez que possuem valor para a economia e por se tornarem parte integrante da pessoa, não podendo ser vendido ou comprado (SCHULTZ, 1961). Assim, a abordagem do capital humano entende a decisão de realizar investimentos em educação, treinamento, assistência médica, entre outras agregações ao conhecimento e saúde, como uma ponderação entre benefícios e custos, isto é, pela taxa de retorno que este tipo de investimento possui.

Deste modo, os jovens se tornam atores centrais nas decisões das famílias frente ao mercado de trabalho, já que além de potenciais geradores de renda no presente, eles têm a capacidade de acumular capital humano para o futuro. Estas atividades, no entanto, possuem elevados custos de oportunidade para as famílias, atingindo principalmente àquelas em situação de maior vulnerabilidade (BASU; VAN, 1998; PNUD, 2009). Especialmente para os países em desenvolvimento, como o Brasil, a baixa qualidade da educação favorece o ingresso no mercado de trabalho de muitas crianças e jovens, principalmente de famílias menos favorecidas (GONZAGA et al., 2012).

Ancorada na teoria microeconômica, esta abordagem assume que os indivíduos maximizam bem-estar, de forma a adotar um comportamento *forward-looking* consistente no tempo, isto é, os indivíduos tentam fazer o melhor para antecipar as conseqüências incertas de seus atos (BECKER, 1991). No entanto, estas ações são restritas por recursos ilimitados, como renda, tempo, memória imperfeita e capacidade de cálculo, e pelas oportunidades disponíveis na economia, que por sua vez, são amplamente determinadas pela ação privada e coletiva de outros indivíduos e organizações. Na visão de Becker (1965) diferentes restrições são decisivas em diferentes situações, mas a mais fundamental é a do tempo, pois enquanto a quantidade de bens e serviços pode ser expandida, o tempo disponível para consumi-los permanece limitado. Assim, quanto maior a disponibilidade de bens, maior é a valorização dada ao tempo.

A inclusão da dimensão do tempo é fundamental para o estudo das decisões de alocação dos recursos por parte da família, principalmente àquelas que se referem a acumulação de capital humano. Um dos precursores desta literatura, Becker (1991), propõe um modelo onde a família é entendida como uma unidade de tomada de decisão³ que aloca seu tempo entre tarefas domésticas e de mercado visando a maximização do consumo. Deste modo, as mulheres, em função de características intrínsecas, acabam se especializando nas tarefas domésticas. Isto é, as diferenças biológicas que levam as mulheres a terem maior compromisso com a gestação e criação das crianças, fazem com que os homens possuam vantagem comparativa no trabalho de mercado, determinando a direção desta divisão sexual do trabalho.

Além do modelo de Becker (1991), outros modelos que permitem uma maior análise das desigualdades dentro da família⁴ buscam explorar estas diferenças de gênero. Entre estes avanços destaca-se Hadfield (1999) que liga o incentivo individual para a realização de investimentos em capital humano à busca de um futuro parceiro, e não às diferenças biológicas ou sexuais. Ainda, Albanesi e Olivetti (2009) entendem que as diferenças entre homens e mulheres ocorrem em função do custo atrelado ao esforço no trabalho ser crescente com as horas gastas nas tarefas domésticas, de modo que se as firmas acreditam que as horas domésticas são maiores para as mulheres, irão ofertar contratos com menores salários ou pagamentos por desempenho e esforço à elas.

³ Isto é, assume-se que os pais agem como se maximizassem uma única função de utilidade.

⁴ Como Chiappori (1992), Manser e Brown (1980) e McElroy e Horney (1981). Para uma revisão mais completa ver Strauss e Thomas (1995)

Em suma, estes modelos racionalizam a divisão sexual do trabalho. No entanto, a especialização dos homens voltada para o mercado faz com que eles possuam maiores incentivos para investir em capital humano, apesar dos reconhecidos ganhos sociais da promoção destes investimentos, conforme apontado por Arrow (1997) e Haveman e Wolfe (1984), além das externalidades positivas deste tipo de investimento nas mulheres, dentre as quais estão à melhora na saúde da família e a diminuição da taxa de nascimentos (SCHULTZ, 2002). Este fato merece especial atenção entre os jovens, uma vez que baixos níveis de investimentos em capital humano estão associados a uma série de conseqüências, como maior probabilidade de se tornarem desempregados no futuro, de usar drogas e álcool, possuírem saúde precária, gravidez na adolescência e envolvimento no crime (COLES et al., 2010; PARDO, 2011; DORSETT; LUCCHINO, 2012).

Ainda, Levison e Moe (1998), Kimmel e Connelly (2006) e Levison et al. (2001) argumentam que ao não se considerarem as atividades domésticas como trabalho, muitas particularidades das jovens são negligenciadas, principalmente na adoção de políticas voltadas para incentivar a escolaridade de crianças e adolescentes do sexo feminino. A evidência empírica mostra que este tipo de trabalho é tão prejudicial à escolaridade quanto o ingresso no mercado de trabalho (KRUGER; BERTHELOM, 2008) e muitas vezes ocorrem devido ao fato destas jovens substituírem os pais nos cuidados com crianças (EDMONDS, 2006).

Além de dificultar o acúmulo de capital humano das mulheres, as tarefas domésticas também afetam seus salários, uma vez que restringem a quantidade de tempo que a mulher trabalha no mercado formal. Assim, a responsabilidade das tarefas domésticas, dado que o tempo é um recurso finito, pode causar a redução de horas no trabalho ou o seu abandono, dificultando o acúmulo de experiência que, por sua vez, está associado positivamente com os salários (MINCER; POLACHEK, 1974). Nesta mesma linha de raciocínio, as tarefas domésticas podem ter um efeito negativo nos salários por reduzirem o esforço disponível para ser desempenhado no mercado de trabalho usual, afetando a produtividade e, por conseqüência, os rendimentos (BECKER, 1985; HERSCH, 1985).

No entanto, vários estudos vêm mostrando que não só as tarefas domésticas são as responsáveis pela diferença salarial encontrada entre homens e mulheres, há também o papel da discriminação salarial (NEUMARK; MCLENNAN, 1995; TZANNATOS, 1998). No âmbito do mercado de trabalho brasileiro, Coelho e Corseuil (2002) formulam um *survey* de estudos cuja ênfase é a diferença de remuneração que não é explicada por características produtivas. Os resultados, de forma geral, indicam que há redução na desigualdade de rendimentos entre os gêneros, apesar desta se mostrar significativa mesmo na última década.

Esta discrepância entre os salários é importante para a situação dos jovens, pois nesta idade há um alto crescimento nos rendimentos, segundo Murphy e Welch (1990), até dois terços dos ganhos salariais dos homens ocorrem durante os primeiros dez anos de experiência. Neste sentido, a presença desta diferença, e os baixos salários atribuídos às mulheres, fazem com que elas se tornem ainda mais desmotivadas a buscar emprego e uma maior qualificação comprometendo, inclusive, seus ganhos futuros.

2.2 ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES

O estudo dos jovens ganha uma base informacional mais ampla através da Abordagem das Capacitações, cuja ênfase está nas liberdades substantivas das pessoas. Este foco permite a diferenciação entre os meios e fins, de modo que apenas os fins têm importância intrínseca, enquanto que os meios são os instrumentos para se alcançar os objetivos de maior bem-estar, justiça e desenvolvimento.

Esta distinção é importante para o estudo da juventude, que é caracterizada como um período de transição para a vida adulta, onde se deixa a posição de filho, estudante e dependente dos pais para se adquirir combinações mais heterogêneas, através da conclusão da educação básica, do ingresso no mercado de trabalho e da independência do local de origem (FUSSEL, 2006). Estas diversas trajetórias assumidas pelos jovens, ressaltam a dinâmica existente nas escolhas dos indivíduos que, conforme elucidado por Comim (2004), possibilita que as pessoas tenham razão para valorar diferentes funcionamentos de distintas formas no tempo.

No entanto, os jovens podem ter sua liberdade restringida através de inúmeras maneiras, como pela falta de recursos, do conhecimento para utilização destes, por não terem os serviços apropriados disponíveis e, ainda, pela falta de habilidade ou motivação para agir (LINDSAY; MCQUAID, 2010). Desta forma, a abordagem destaca a importância do poder de agência, ou seja, da liberdade para se buscar e alcançar os objetivos que a pessoa entenda como importante.

Neste sentido, a inserção do jovem no mercado de trabalho torna-se crucial, uma vez que, segundo o PNUD (2010), os jovens latino-americanos entendem que este é o principal problema que enfrentam. Especialmente no período da juventude, Sen (2000) entende que o desemprego pode causar perda de auto-estima e desânimo, o que influencia na desigualdade racial e de gênero, fatores que colaboram com o enfraquecimento dos valores da sociedade.

Isto ressalta a capacidade da Abordagem das Capacitações em perceber o desemprego como um prejuízo que vai além da perda de renda sofrida pelas pessoas nesta situação.

Deste modo, a abordagem entende que a decisão do jovem entre trabalhar ou não, deveria ser o resultado de uma escolha livre, em função do seu conjunto de oportunidades reais. Isto, por sua vez, está relacionado ao nível de educação, à experiência profissional e a um conjunto de elementos externos e internos que compreendem os fatores de conversão, isto é, a real habilidade que o jovem possui de transformar meios em fins (CHIAPPERO-MARTINETTI; SABADASH, 2012).

Entre estes fatores de conversão, estão as normas sociais, muitas vezes determinantes em questões como a discriminação racial e de gênero, que por sua vez, possui efeito negativo no conjunto de capacitações dos indivíduos. No caso específico das desigualdades de sexo, estas normas podem se referir às possibilidades de engajamento social, e ao acesso à oportunidades de desenvolvimento e de se trabalhar em um ambiente onde se possam fazer contribuições construtivas (UNTERHALTER, 2007).

Este destaque do papel da liberdade nas escolhas individuais ganha uma nova ênfase nos estudos de Martha Nussbaum, que procura na Abordagem das Capacitações as bases de leis normativas que sejam voltadas para garantir um amplo mínimo pelos quais todos os indivíduos deveriam estar acima, de forma a respeitar o princípio da dignidade humana (NUSSBAUM, 2011). Esta importância se deve, segundo a autora, a complementaridade existente entre as capacitações, especialmente em função da afiliação e da razão prática, duas capacitações possuidoras de um papel arquitetônico, que organizam e fazem parte das demais.

Esta sinergia amplia a relevância das capacitações no que tange ao processo de transição para a vida adulta, proporcionando, entre outras coisas, um maior destaque ao papel desempenhado pela educação. De acordo com Saito (2003), a educação permite, além da expansão das capacidades e oportunidades, o desenvolvimento do julgamento em relação ao uso apropriado das capacitações. Desta forma, ela pode ser encarada como um processo de empoderamento, onde se adquirem habilidades não apenas voltadas para o mercado de trabalho, como também para a vida (LANZI, 2007).

2.3 JAMES HECKMAN

A ênfase atribuída à complementaridade das capacitações e o papel da escolaridade na abordagem do capital humano ganham uma nova dimensão com os trabalhos realizados por James Heckman. Investigando os fatores que levam ao aumento da desigualdade de salários

nos Estados Unidos, Heckman, Lochner e Taber (1998) adicionam a literatura a importante característica da formação de capital humano de se complementar no tempo, isto é, que habilidades geram mais habilidades. Segundo estes autores, a formação de habilidades é composta por um processo dinâmico com elementos fortemente sinérgicos, de modo que investimentos realizados durante a infância são capazes de promover ainda mais investimentos no futuro.

Esta percepção realça a importância da família na formação dos indivíduos, seja pela transmissão de genes, dos investimentos realizados pelos pais durante a criação, como pelo próprio ambiente familiar (HECKMAN, 2008). Neste sentido, a geração de novas famílias, um processo que marca a transição para a vida adulta, ganha enorme importância, especialmente entre aqueles em situação mais adversa. As evidências mostram que a maternidade adolescente está associada ao abandono da escola, a baixa escolaridade e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho (NOVELLINO, 2010; SOUZA et al., 2011). Estas famílias, portanto, estão mais sujeitas a negligenciar a estimulação cognitiva e socioemocional dos filhos, uma vez que Bianchi et al. (2006) indicam que mães com maior nível de escolaridade despendem maior tempo cuidando de seus filhos e, também, desempenham atividades mais enriquecedoras, como a leitura.

A abordagem de Heckman promove a distinção entre as habilidades cognitivas e a não cognitivas, constituindo uma ampliação na visão tradicional do capital humano, onde a habilidade é encarada como uma medida cognitiva inata, escalar e invariante com a idade (CUNHA et al., 2006). Através desta diferenciação, é possível identificar que além das habilidades cognitivas, as não cognitivas, como perseverança, motivação, preferência temporal, aversão ao risco, auto-estima, auto-controle e preferência por lazer, também se revelam importantes na determinação de salários, escolaridade e em questões como gravidez na adolescência, propensão a fumar, crime e, inclusive, na performance em testes de desempenho, dentre outros aspectos da vida social e econômica (HECKMAN et al., 2006; BASSI et al., 2012; HECKMAN; KAUTZ, 2012).

Além disso, Heckman (2000) torna evidente a importância da sinergia entre os tipos de habilidade, através do que ele convencionou como complementaridade dinâmica e auto-produtividade. Isto é, a característica inerente das habilidades que se obtidas em um estágio aumentam o retorno de investimentos posteriores e, ao fato de que elas se auto-reforçam e permitem o alcance de uma maior gama de capacitações em períodos posteriores. Estas características constituem um efeito multiplicador, onde a habilidade é capaz de se auto-reproduzir, gerando novas habilidades.

Em decorrência destes efeitos, Cunha et al. (2010) destacam que as diferenças de habilidades entre os indivíduos, sejam elas cognitivas ou não cognitivas, são formadas em idades prematuras e se mostram persistentes no tempo. Neste sentido, através de pesquisas na área de neurociência, os autores indicam a existência de períodos críticos e sensitivos no desenvolvimento das pessoas. Por exemplo, Hopkins e Bracht (1975) indicam que os testes de QI se tornam estáveis ao redor dos dez anos de idade, sugerindo que o período de maior eficiência de políticas públicas que tenham como objetivo promover habilidades cognitivas devem ocorrer em idades bastante iniciais. Já intervenções em adolescentes podem afetar, de maneira mais eficiente, as habilidades não cognitivas do que as cognitivas, uma vez que a maleabilidade do córtex pré-frontal, região do cérebro que governa a emoção e a autorregulação, ocorre até os 20 anos (DAHL, 2004). Esta maleabilidade dos aspectos não cognitivos é importante, uma vez que eles estão correlacionados com a adoção de comportamentos anti-sociais, como agressividade, violência e criminalidade, além de hábitos como fumar e ingerir bebida alcoólica (BIGLAN et al., 2004).

A existência desta complementaridade entre as habilidades, e a influência delas no florescimento dos jovens e dos indivíduos de maneira geral, faz com que haja uma aproximação desta literatura com a Abordagem das Capacitações. A própria nutrição dos diferentes tipos de habilidades faz com que se expanda o potencial de alcance do jovem e, com isto, suas capacitações (NUSSBAUM, 2011). Isto se torna explícito em Bassi et al. (2012), um dos poucos estudos que visam medir a importância dos aspectos não cognitivos para os jovens da América Latina, que ressalta o papel destas habilidades na determinação de melhores resultados no mercado de trabalho, como taxa de participação na força de trabalho, emprego e salários. Além disso, os resultados indicam que a medida de auto-percepção, que remete a capacidade de se enxergar como um bom aluno ou trabalhador foi a de maior impacto neste sentido. Inclusive, quando as empresas foram perguntadas sobre o valor dado aos diferentes tipos de habilidades, o estudo identificou que elas valoram muito as não cognitivas, em até duas vezes o valor designado ao conhecimento e quatro vezes ao das habilidades específicas da indústria.

2.4 OS JOVENS NEETS

As abordagens analisadas anteriormente, são fundamentais para se entender o problema dos jovens *NEETs*, isto é, os jovens que não estudam e não trabalham. Atualmente, este grupo representa um dos maiores desafios contemporâneos para o desenvolvimento, em

função de estar correlacionado a diversas conseqüências negativas, como a conclusão prematura da educação, exclusão do mercado de trabalho e os subseqüentes efeitos adversos destes no emprego e salário.

Existem diversos estudos, como Coles et al. (2010), Pardo (2011) e Dorsett e Lucchino (2012), que apontam as sérias conseqüências de longo prazo decorrentes de ser *NEET*. Entre estas, estão a maior probabilidade de se tornarem desempregados, de usar drogas e álcool, possuírem saúde precária, gravidez na adolescência e envolvimento no crime. Além destes, Bynner et al. (2000), Bynner e Parsons (2002), Popham (2003) e Robson (2008), mostram que jovens nesta categoria são oriundos de famílias mais humildes e estão ligados a más experiências durante o período de educação, tais como, dificuldades de aprendizado e falta de motivação. Um longo período de inatividade nesta categoria pode, inclusive, levar a piora destas conseqüências para o futuro desses jovens (MROZ; SAVAGE, 2004; ROBSON, 2008).

Segundo Quintini e Martin (2006), cada vez mais jovens encontram dificuldades em encontrar emprego e buscam refugio na inatividade. Um dos motivos para tal, de acordo com Furlong e Cartmel (2007), está no fato de que a transição entre a escola e o trabalho tem se tornado mais prolongada e mais específica ao indivíduo, em função de reestruturações no mercado de trabalho, do aumento da demanda por trabalhadores mais educados, de práticas mais flexíveis de emprego e pela adoção de políticas sociais, dificultando ainda mais o processo de transição do jovem da adolescência para a vida adulta.

Há, também, um forte viés de gênero dentro da problemática dos NEETs, uma vez que as mulheres jovens são mais propensas a permanecer em casa para cuidar de irmãos menores, no caso de já serem mães ou, ainda, para realizar as atividades domésticas (CHEVALIER; VIITANEN, 2003; NOVELLINO, 2010). Este fato é corroborado por Costa-Ribeiro (2009), que ao estudar a transição da adolescência para a vida adulta no Brasil, chama atenção da grande participação de mães solteiras dentro do percentual de jovens que não estudam e não trabalham, e para a importância da família das jovens na determinação desta categoria, visto que em sua análise, o fato de ambos os pais possuírem baixa educação e do pai não estar trabalhando foram tidos como os principais preditores da jovem não estar trabalhando ou estudando.

Estudos voltados para a tomada de decisão dos jovens entre estudar e entrar no mercado de trabalho, como Corseuil, Santos e Foguel (2001), Menezes-Filho et al. (2002), dão ênfase à importância da família, gênero, renda e escolaridade nas escolhas efetuadas. Além destes, Alcázar et al. (2002) ressaltam que os jovens no meio rural de países sul-americanos têm maior dificuldade de acesso a bens e serviços, o que restringe o acesso à

escola e o ingresso no mercado de trabalho, fazendo com que se espere um maior número de jovens que não estudam e não trabalham nestes locais. Ainda, o estudo mostra que o ambiente rural está associado a uma menor renda familiar e a uma menor escolaridade dos pais, o que perpetua estas dificuldades.

Esta relevância do papel da família no desenvolvimento dos filhos, também destacada nas subseções anteriores, ressalta a existência de uma transmissão intergeracional de oportunidades, conforme Figueiredo e Ziegelmann (2010). No Brasil, porém, a essência deste problema está no *trade-off* entre trabalhar e continuar a educação formal em escolas de baixa qualidade. Segundo Gonzaga et al. (2012), isto faz com que o custo de oportunidade dos estudos, principalmente das famílias menos favorecidas, seja muito alto. Deste modo, os autores apontam para a existência de um ciclo vicioso, em função da falta de experiência dos jovens e da exigência, principalmente para se conseguir um trabalho formal, de experiência prévia. Resultando em um mercado de trabalho com muitos trabalhadores em empregos informais, de baixo salário, com poucas chances de promoção e de aumento real no salário.

Em função disto, o Brasil apresenta uma alta taxa de rotatividade no mercado de trabalho para esta faixa etária (GONZAGA, 2003) e, também, uma tendência cíclica na empregabilidade dos jovens. Isto é, eles deixam a escola para ficar um curto período de tempo no setor informal, passam para o setor formal por períodos mais longos e, finalmente, se tornam autônomos (CUNNINGHAM; SALVAGNO, 2011).

O enfrentamento das causas e conseqüências trazidas pelos jovens, em especial os NEETs, vai ao encontro das propostas dos Objetivos do Milênio⁵ (ONU, 2013), que destacam a necessidade de uma maior igualdade de gênero, principalmente através da maior inclusão das mulheres na educação e, também, o alcance do emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. Em suma, a busca de melhores condições de vida para mulheres e jovens no Brasil, significa contribuir para o florescimento da juventude e, também, da redução de uma das maiores desigualdades, em termos de distribuição de renda do mundo.

⁵ Para maiores informações, ver <http://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>

3 PERFIL DOS JOVENS NO BRASIL

Neste capítulo, será apresentado o perfil do jovem no Brasil com base na PNAD de 2011. A idéia é caracterizar o processo de transição para a vida adulta através de atributos como gênero, escolaridade, região e etc., relacionando estes dados com as teorias do desenvolvimento humano, apresentadas nos capítulos anteriores. Para isso, a amostra foi dividida em quatro categorias, de acordo com a atividade que o jovem exerce, levando em consideração a semana de referência, que são: (i) NEET; (ii) trabalha; (iii) estuda, (iv) trabalha e estuda.

Atualmente, segundo a PNAD 2011 o Brasil possui 49,1 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, o que representa 25% da população total. Isto indica um aumento no número de pessoas dentro desta faixa etária, que nos anos de 1980 e 2000 atendia, respectivamente, por 34,5 milhões e 47 milhões de brasileiros. No entanto, há um declínio no que se refere à proporção da população, que era de 29% em 1980 e 28,3% em 2000. Esta diminuição de percentual é um fenômeno demográfico denominado de “ondas jovens” (BERCOVICH; MADEIRA, 1990; BERCOVICH; MASSÉ, 2004).

Abaixo, na Figura 1, é apresentada a distribuição dos jovens de acordo com as quatro categorias que indicam a alocação do tempo entre escola e mercado de trabalho, separada por gênero.

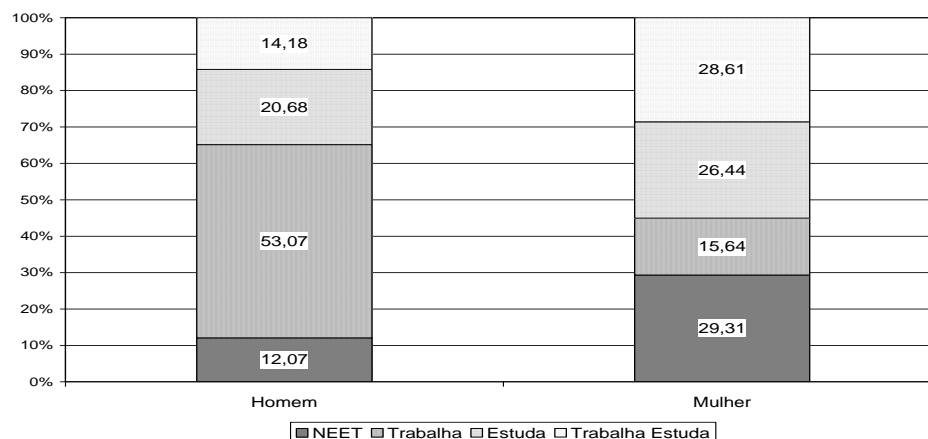


Figura 1. Distribuição dos jovens de acordo com a categoria e sexo.

Nota-se que a categoria trabalha é predominante para os jovens do sexo masculino, com 53,07%, e corresponde ao menor percentual entre as mulheres, de 15,64%. Já a categoria dos que não estudam e não trabalham, é a de menor representatividade entre os homens, com 12,07%, porém, ela predomina entre as mulheres, com 29,31%, embora esteja bastante

próxima das categorias trabalha e estuda (28,61%), e apenas estuda (26,44%). Estes valores realçam a maior propensão dos jovens homens em trabalhar, uma questão importante para a desigualdade de gênero.

Neste sentido, vale a pena ressaltar a quantidade de jovens que se encontram na categoria NEET, no total são 10 milhões de indivíduos, dentre os quais 70% são mulheres. Uma interpretação para esta estatística é que os jovens enfrentam maiores dificuldades de ingresso no mercado de trabalho e acabam ficando mais tempo em estado de desemprego (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2006), o que é atribuído ao alto grau de volatilidade existente no mercado de trabalho durante esta faixa etária, resultado do tempo e esforço do jovem em identificar um emprego que se ajuste às suas preferências (MILLER, 1984; QUINTINI, et al. 2007; CUNNINGHAM, 2009) e, também, por estarem mais sujeitos às flutuações do mercado (WELLER, 2007; PNUD, 2009).

Na Figura 2, a seguir, busca-se identificar diferenças entre as categorias de análise, não só por gênero, como também entre as zonas urbana e rural em que os jovens residem.

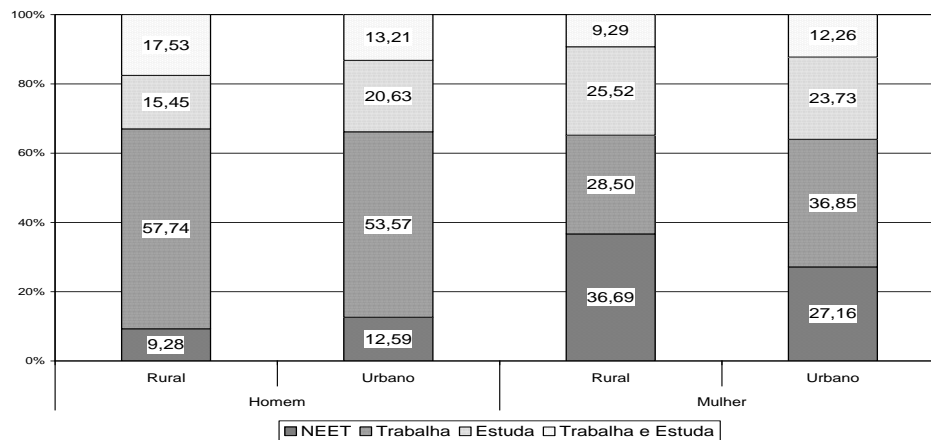


Figura 2. Distribuição dos jovens de acordo com área de residência em 2011.

É possível notar que para os homens a categoria trabalha predomina, independentemente da localização, com 57,74%, no meio rural e 53,57% no urbano. Este percentual mais elevado na zona rural, aliado ao maior percentual na categoria trabalha e estuda, de 17,53%, são reflexos das maiores responsabilidades que os jovens residentes na zona rural possuem⁶. Já as categorias apenas estuda e NEET apresentam valores superiores na zona urbana, com 20,63% e 12,59%, enquanto que no meio rural os percentuais ficam em 15,45% e 9,28%, respectivamente.

⁶ Para maiores informações ver Vieira (2008).

As mulheres possuem maior homogeneidade do que os homens entre as alocações do tempo, independente da localização. No entanto, no meio rural a de maior relevância é a NEET, com 36,69%, seguida por trabalhar (28,5%), enquanto que no meio urbano esta ordem se inverte, sendo a principal trabalhar (36,85%) seguida por NEET (27,16%). Estes dados realçam a já comentada importância que tem a categoria NEET para as mulheres jovens, onde mesmo no meio urbano, mais de uma em quatro delas estão nesta condição.

Os percentuais das jovens do sexo feminino que estudam e trabalham no meio urbano e rural é de 12,26% e 9,29%, respectivamente. Isto corrobora com a maior probabilidade dos homens em trabalhar, principalmente no meio rural, onde a parcela de jovens do sexo masculino ultrapassa os 17%. Ainda, é importante destacar que a categoria apenas estuda é superior para as mulheres, tanto no meio rural como no meio urbano, com respectivos 25,52% e 23,73%.

Estudos como o de Alcázar et al. (2002) indicam que em países sul-americanos os adolescentes no meio rural têm menor acesso a bens e serviços, o que dificulta a frequência escolar e o ingresso no mercado de trabalho. Ainda, o estudo mostra que o ambiente rural está associado a uma menor renda familiar e a uma menor escolaridade dos pais, o que perpetua estas dificuldades. Além disso, os dados da PNAD 2011 indicam que apenas 26,4% dos homens e 29,1% das mulheres jovens que trabalham no meio rural possuem carteira assinada, percentuais que aumentam para 64,8% e 66,8% no meio urbano. Este elevado grau de informalidade no emprego dos jovens rurais está ligado, não só ao diferencial de salários em relação ao urbano, mas também ao menor acesso a equipamentos públicos, às baixas condições de vida e a menor média e qualidade do ensino (FERREIRA; ALVES, 2009).

O tema da escolaridade é melhor explorado na Figura 3, a seguir, onde são apresentados os anos de estudos de cada categoria de alocação do tempo dos jovens entre trabalha e estuda, separada por gênero.

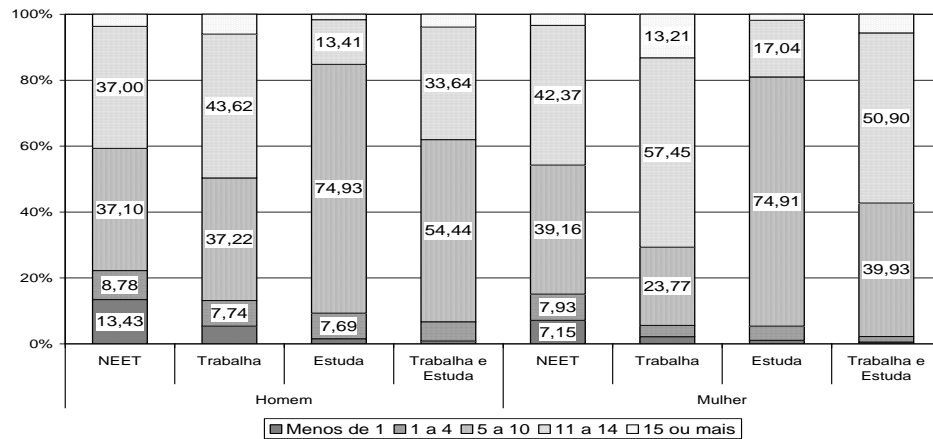


Figura 3. Distribuição dos jovens de acordo com os anos de estudo e categoria.

As diferenças entre homens e mulheres, observadas na Figura 3, são menos marcantes do que nos casos anteriores. Em ambos os sexos, os que só trabalham têm, em sua maioria, de 11 a 14 anos de estudo, 43,62% para os homens e 57,45% para as mulheres. O que reflete a maior propensão da mulher em terminar o ensino médio⁷ e, então, se dedicar exclusivamente ao trabalho. Esta maior escolaridade da mulher no ingresso do mercado de trabalho também é refletida na categoria trabalha e estuda, onde o percentual da categoria de 11 a 14 anos de estudo é de 50,9%, enquanto que o dos homens fica em apenas 33,64%.

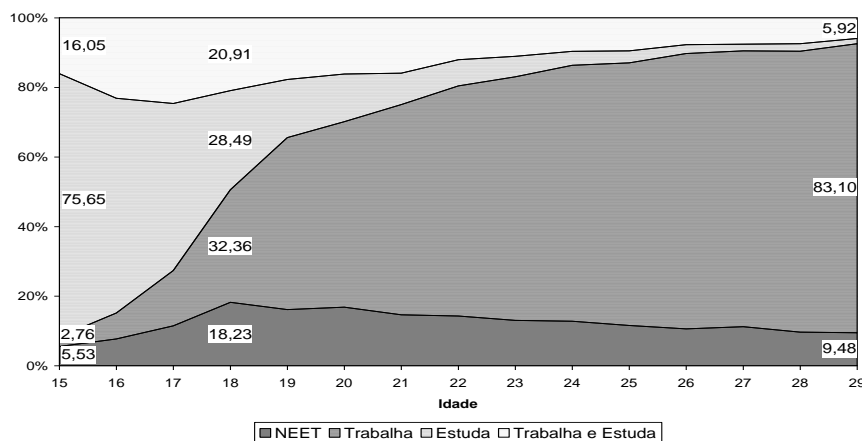
A categoria apenas estuda está mais concentrada no intervalo entre os 5 e 10 anos de escolaridade, 74,93% para os homens e 74,91% para as mulheres. Estes valores são justificados principalmente em função deste intervalo representar o ensino fundamental e parte do médio, com forte correlação entre estes valores e as idades mais novas. Ainda neste intervalo de escolaridade, cabe ressaltar que 34,6% dos jovens entrevistados responderam não estar mais estudando e que o curso freqüentado anteriormente correspondia a alguma etapa do ensino médio. Este dado reflete a alta tendência do jovem brasileiro em abandonar o ensino secundário, seja em função das repetições de ano ou para retornar no ano seguinte no mesmo nível (SCHWARTZMAN, 2010). A busca pela melhora nesta fase do ensino constitui, inclusive, um dos grandes desafios da década em termos de ensino no Brasil (BRUNS et al., 2012).

Já a categoria referente aos jovens NEETs é a que apresenta maior participação de indivíduos com menos de um ano de escolaridade, tanto para mulheres como para homens. A correlação desta categoria com a baixa escolaridade já foi evidenciada por Camarano e Kanso

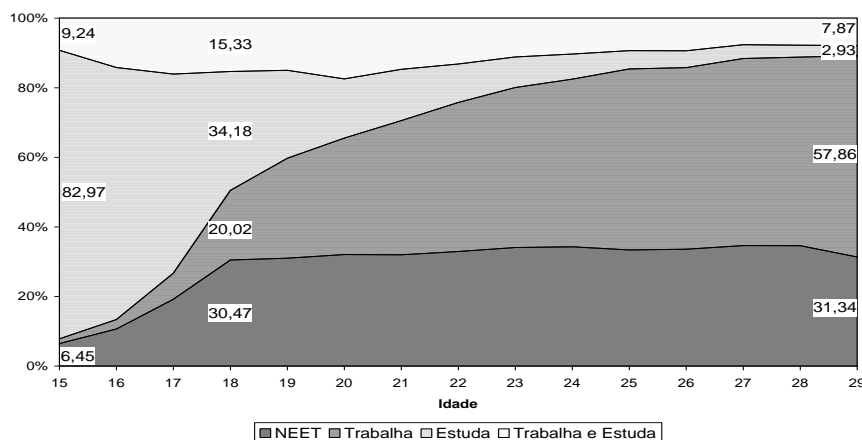
⁷ No Brasil o Ensino Fundamental corresponde de oito a nove anos de estudo, enquanto que o Ensino Médio corresponde de onze a doze anos de escolaridade.

(2012), onde as autoras também ressaltam a influência da baixa renda, da raça e da escolaridade do chefe do domicílio sobre esta categoria. Apesar destas questões serem mais aprofundadas nos próximos capítulos, é evidente na literatura a preocupação com a influência da escolaridade dos pais nesta questão⁸. Não obstante, é importante ressaltar que a maioria dos jovens NEETs estão nos grupos de 5 a 10 e de 11 a 14 anos de escolaridade, o que parece estar de acordo com a alta rotatividade dos jovens no mercado de trabalho (CUNNINGHAM, 2009; GONZAGA et al., 2012).

A decisão do jovem entre trabalhar e estudar ocorre de forma dinâmica no tempo. Desta forma, incluir as diferenças desta alocação entre as idades é fundamental para a identificação dos períodos de maior relevância de cada uma das categorias analisadas e, também, dos períodos sensíveis que compõe a transição para a vida adulta. A participação dos indivíduos em cada categoria, de acordo com a idade é apresentada na Figura 4, a seguir.



(a) Distribuição dos Homens.



(b) Distribuição das Mulheres.

⁸ Conforme pode ser observado por Corseuil et al. (2001), Menezes-Filho (2002), Lam e Duryea (1999).

Figura 4. Idade e categoria dos jovens em 2011, separados por gênero.

Conforme pode ser observado, ambos os sexos possuem predominância da categoria estuda aos 15 anos de idade, com 75,65% e 82,97% para homens e mulheres, respectivamente. Esta categoria é seguida, em termos de participação, por estuda e trabalha e NEET, com 9,24% e 6,45% para as jovens, e 16,05% e 5,53% no caso dos homens. É importante ressaltar que a categoria estuda perde espaço para as demais, caracterizando o processo de transição para a vida adulta, que pode ser entendido como a fase de maior efervescência nas mudanças de *status* (FUSSEL, 2006; VIEIRA, 2008).

A categoria “trabalha” é a que apresenta maior crescimento. No entanto, há um viés de gênero, conforme já identificado na Figura 1, fazendo com que na idade final da amostra, 83,1% dos homens e apenas 57,86% das mulheres estejam nesta categoria. A predominância do trabalho entre os jovens do sexo masculino, também se reflete na categoria estuda e trabalha que apesar de não ser tão dominante, apresenta na média, valores superiores para os homens.

Cabe ressaltar as mudanças que ocorrem quando se passa a analisar os jovens que já atingiram a maior idade, isto é, 18 anos. A partir desta idade, os homens majoritariamente apenas trabalham, importância que se repete até a última idade analisada. Já para as mulheres, apenas estudar, perde o posto de predominante aos 19 anos, isto é, um ano mais tarde do que para os homens. Um dos fatores que contribui para este atraso é que tanto a categoria NEET, como a categoria apenas trabalha ganham espaço quando as jovens atingem a maior idade. Mostrando uma maior homogeneidade entre as categorias para o sexo feminino.

A relevância da categoria NEET para as mulheres faz com que aos 18 anos ela atinja 30,47% de representatividade, valor que permanece relativamente constante para as idades subseqüentes, culminando com 31,34% na idade limite. Esta importância também é identificada em outros estudos, como Camarano et al. (2006), segundo a qual isto pode sugerir uma permanência maior das jovens em casa, para o cuidado de irmãos menores, realização de atividades domésticas, e em decorrência da maternidade (CHEVALIER; VIITANEN, 2003; NOVELLINO, 2010). Para os homens, a relevância desta categoria é bastante distinta, o percentual máximo que ela atinge é 18,23% aos 18 anos, no entanto, a partir deste ponto há uma contínua redução do número de jovens NEETs, que atinge 9,48% aos 29 anos.

É importante destacar a ocorrência do fenômeno NEET entre as mulheres, principalmente durante as idades mais novas. O motivo, conforme discutido anteriormente,

remete à importância do acúmulo de capital humano, fator relevante para a prevenção dos riscos associados à adolescência. Neste sentido, os dados indicam uma alta ocorrência de gravidez entre as jovens NEETs em idades mais baixas, conforme pode ser observado na Figura 5, abaixo.

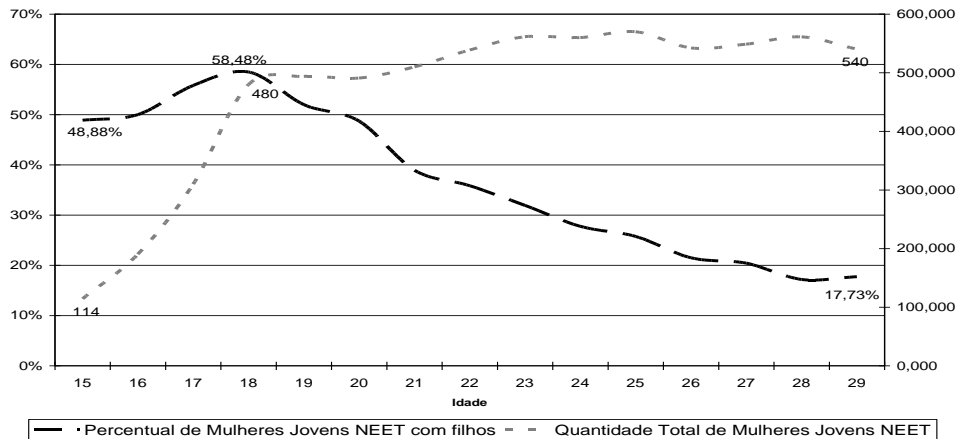
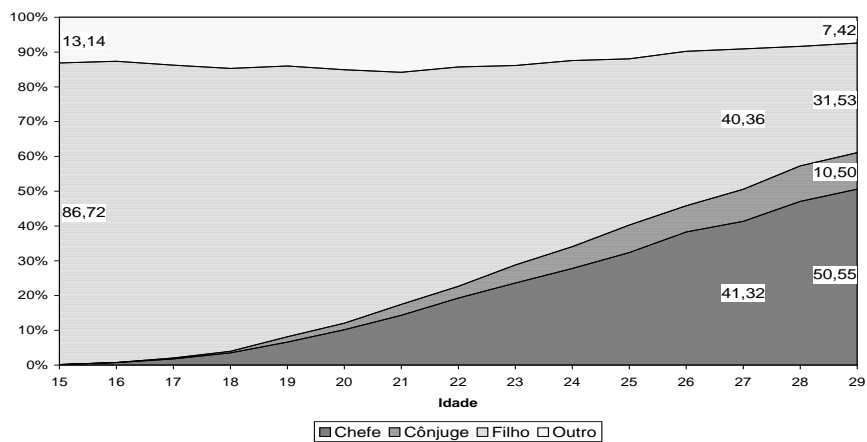


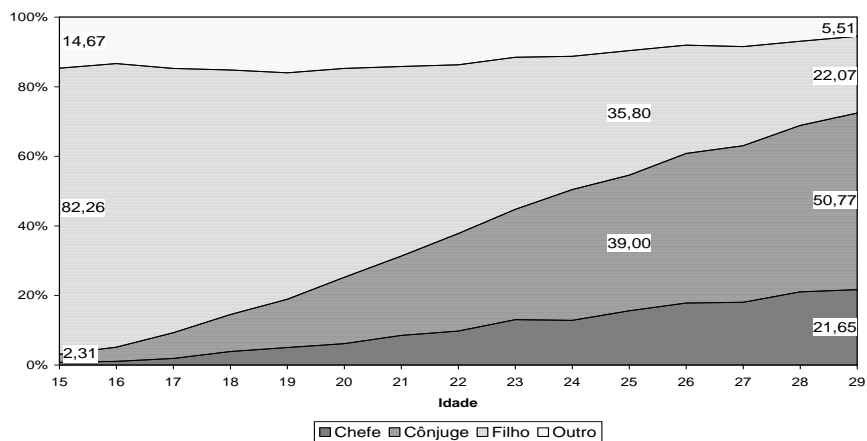
Figura 5. Quantidade total de mulheres jovens NEETs e o percentual delas com filhos.

As tendências apresentadas pelas curvas na Figura 5, mostram que apesar de haver uma menor quantidade de mulheres NEETs nas idades mais novas, o percentual destas com filhos é relativamente alto, girando em torno de 50% até a maioridade. Indicando uma alta correlação entre ser mãe e não estar matriculada na escola ou de possuir algum trabalho nesta faixa etária. É importante destacar que a partir dos 18 anos, o número de mulheres NEETs fica estável em torno de 500 mil, número significativamente superior ao valor inicial, enquanto o percentual de NEETs que possuem filhos vai diminuindo, sinalizando o ganho de importância de outros fatores, como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante de se destacar é o processo de independência dos jovens, isto pode ser observado através da evolução da relação do jovem com o chefe do domicílio. Isto é, quando eles passam o *status* de filhos do chefe do domicílio a chefe ou a cônjuge do chefe. A Figura 6, a seguir, mostra esta relação separada por gênero.



(a) Distribuição dos Homens



(b) Distribuição das Mulheres

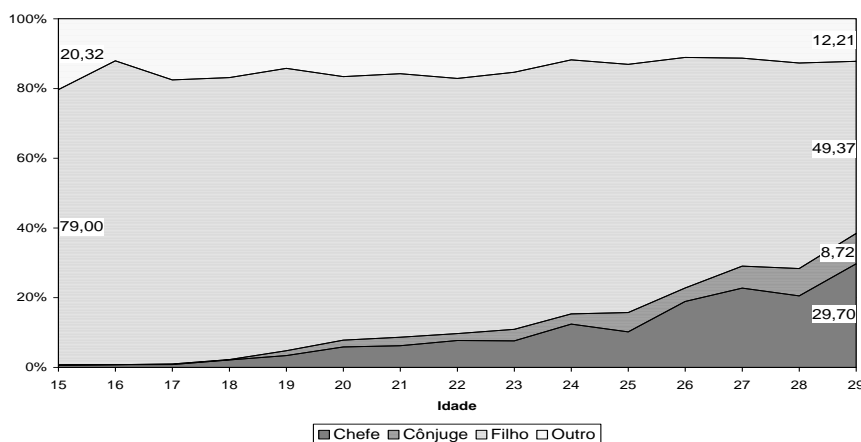
Figura 6. Idade e posição dos jovens no domicílio em relação ao chefe, separados por gênero.

Conforme pode ser observado no gráfico para os homens, aos 15 anos de idade, praticamente nenhum jovem é tido como chefe de domicílio, sendo a grande maioria, 86,72%, filhos do chefe. A posição de filho, no entanto, começa a diminuir de relevância para as idades subseqüentes, até que a partir dos indivíduos com 27 anos ela é ultrapassada pela categoria Chefe. Desta forma, na idade mais avançada da definição de jovem, os homens chefes de domicílio correspondem a mais de 50% dos indivíduos, enquanto que os ainda filhos do chefe eram de apenas 31,53%.

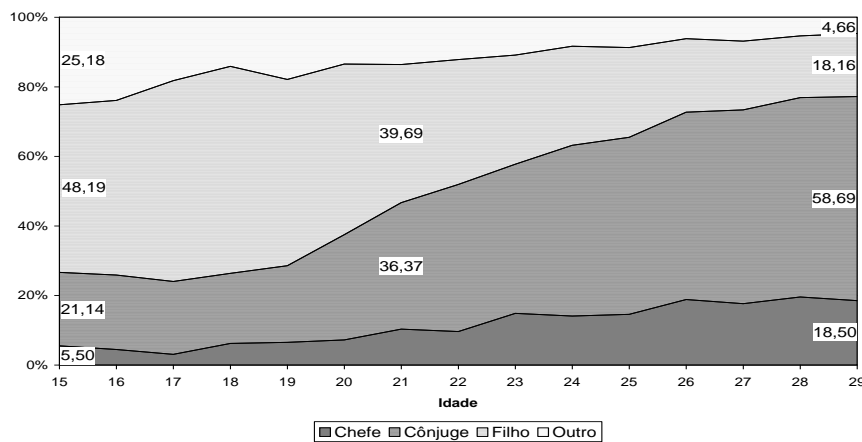
Entre as mulheres, o percentual de filhas do chefe na idade inicial é bastante semelhante ao dos jovens, de 82,26%. No entanto, no transcorrer das idades há um aumento mais significativo da categoria cônjuge do chefe, que com 39% das jovens aos 25 anos, supera o número de filhas. Já na última idade considerada pela definição de jovem, o percentual de cônjuges atinge mais de 50% das jovens e o de filhas do chefe é de 22,07%.

A elevada idade em que a maioria dos jovens consegue se emancipar do domicílio de origem, quando comparada com o alcance da maior idade, vai ao encontro das evidências encontradas na literatura que apontam para o prolongamento da juventude no Brasil (ARRUDA, 2004; MELLO, 2005; MADEIRA, 2006). Vale ressaltar que a maioria das mulheres se tornam independentes do domicílio de origem dois anos antes que os homens. Esta evidência é corroborada por estudos demográficos como Vieira (2008), segundo o qual a transição para a vida adulta ocorre de forma precoce para as mulheres, principalmente no meio rural. Isto se justifica uma vez que 24% das cônjuges com até 18 anos estão no meio rural, um percentual bastante significativo considerando que neste local vivem apenas 15% do total de mulheres nesta faixa etária. Além disso, ao se verificar a relação entre a emancipação e a gravidez entre as jovens com até de 18 anos, 35% das mães nesta faixa etária são cônjuges do chefe do domicílio, enquanto 39% ainda são filhas do chefe. Chama atenção, também, o fato de 18% possuírem outro parentesco com o chefe, indicando a importância de famílias compostas por outros laços familiares, como avós e tios.

As relações entre os jovens e o chefe do domicílio onde vivem ganha especial relevância para os que não estudam e não trabalham, por permitir a identificação das condições familiares e do nível de responsabilidades assumidas por estes jovens. Estas questões, conforme salientado nas seções anteriores, são extremamente relevantes em termos de desenvolvimento humano e, também, possibilitam um comparativo com a situação dos jovens em geral. Desta forma, na Figura 7, abaixo, destaca-se a relação dos jovens NEETs com os chefes de domicílio.



(a) Distribuição dos Homens



(b) Distribuição das Mulheres

Figura 7. Idade e posição dos jovens NEETs no domicílio em relação ao chefe, separados por gênero.

A Figura 7, indica que os jovens NEETs do sexo masculino são predominantemente considerados como filhos do chefe do domicílio em todas as idades analisadas. Isto mostra o menor dinamismo destes em termos de emancipação do ambiente de origem. Especialmente porque na última idade em consideração há aproximadamente 50% dos jovens nesta condição, um percentual bastante superior os 31% identificados no caso geral. Cabe ressaltar que entre os NEETs homens, também é relevante a categoria denominada Outros, que corresponde a outro parentesco que não os que já foram destacados no gráfico.

Já no que tange as mulheres jovens NEETs, nota-se o elevado percentual das que são consideradas cônjuges do chefe do domicílio, mesmo nas idades iniciais da amostra. Vale ressaltar que o percentual no caso geral, era de apenas 2,31% de cônjuges aos 15 anos, enquanto que para as NEETs ele está acima de 21%. Ainda, a predominância desta categoria em relação as que ainda são filhas do chefe, ocorre já aos 21 anos, isto é, quatro anos antes do caso geral. Esta evolução precoce resulta em cerca de 60% das jovens NEETs serem cônjuges na última idade considerada.

Esta predominância das cônjuges, está altamente ligada a maternidade, uma vez que dentre as NEETs aproximadamente 60% possuem pelo menos um filho. Um percentual que se reduz para 36,5%, quando são consideradas todas as jovens. Conforme destacado anteriormente, na Figura 5, há uma elevada ocorrência de gravidez na adolescência entre as jovens mais novas que estão nesta situação. Especialmente entre as que possuem até 18 anos, 39% das que têm filhos já são cônjuges do chefe do domicílio, enquanto que 32% ainda estão na posição de filhas.

A relação entre gravidez, saída da escola e o posterior comprometimento da inserção no mercado de trabalho é o tema de diversos estudos. Segundo Miller (2011), nos Estados Unidos, postergar a maternidade aumenta os rendimentos das futuras mães em 9% por ano de adiamento, sendo o impacto maior para mulheres com maior nível de escolaridade. Estudos para o Brasil, como Novellino (2010), Souza et al. (2011) e, ainda, Moore e Waite (1981) e Chavalier e Viitanen (2003) no âmbito internacional, associam a maternidade adolescente ao abandono da escola, a baixa escolaridade e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Os dados da PNAD 2011 indicam que entre as NEETs que possuem filhos, cerca de 50% têm no máximo o ensino fundamental completo. Isto contribui para o desafio de promover melhores condições de vida para todos, através da inclusão das mulheres na educação e no mercado de trabalho, temas centrais nos próximos capítulos desta dissertação.

4 DETERMINANTES DA ALOCAÇÃO DO TEMPO DOS JOVENS

4.1 INTRODUÇÃO

A distinção entre as características dos jovens que estão associadas à decisão de alocação do tempo entre o estudo e o trabalho é de fundamental importância pelo impacto que estas ocupações possuem sobre os rendimentos futuros e o bem-estar. Pesquisas aplicadas ao Brasil com este enfoque, como Leme e Wajnman (2000), Menezes-Filho et al. (2002) e Corseuil et al. (2001), encontraram evidências sobre a importância da educação dos pais, do gênero e da urbanização, como fundamentais nesta tomada de decisão. Estes trabalhos ressaltam também a relevância dos investimentos em capital humano por parte dos jovens, e o efeito destes no processo de transição entre a escola e o mercado de trabalho.

Cabe destacar que a decisão do jovem de ingressar no mercado de trabalho em países como o Brasil, passa por duas questões importantes. Segundo Gonzaga et al. (2012), a permanência dos jovens na escola depende de um *trade-off* entre trabalhar e continuar a educação formal em escolas de baixa qualidade, fazendo com que o custo de oportunidade dos estudos, principalmente das famílias menos favorecidas, seja muito alto. Além disso, os autores apontam para a existência de um ciclo vicioso, em função da falta de experiência dos jovens e da exigência, principalmente para se conseguir um trabalho formal, de experiência prévia. Resultando em um mercado de trabalho com muitos trabalhadores em empregos informais, de baixo salário, com poucas chances de promoção e de aumento real no salário. Estes fatores são também identificados entre os responsáveis pela alta taxa de rotatividade encontrada para esta faixa etária no mercado de trabalho brasileiro (GONZAGA, 2003; BANCO MUNDIAL, 2002).

A Abordagem das Capacitações permite que se tenha uma visão mais ampla deste cenário. Ela estende a perspectiva dos investimentos em capital humano, medidos pelos anos de escolaridade formal e de experiência profissional, ao incluir nesta análise a importância das liberdades. Assim, a decisão entre trabalhar ou não deveria ser o resultado de uma escolha livre, em função do conjunto de reais oportunidades de uma pessoa, o que está relacionado, tanto ao nível de capital humano, quanto pelas reais habilidades que as pessoas têm de transformar meios em fins (CHIAPPERO-MARTINETTI; SABADASH, 2012).

Os jovens podem ter sua liberdade restrita de diversas maneiras, como pela falta de recursos, ou do conhecimento para a utilização destes, por não terem os serviços apropriados disponíveis e, ainda, pela falta de habilidade ou motivação para agir (LINDSAY; MCQUAID,

2010). Os fatores de conversão são cruciais para aprofundar o entendimento destas questões, pois podem dar uma idéia do conjunto de capacitações dos indivíduos. Isto é, eles podem se referir às possibilidades de engajamento social, e ao acesso à oportunidades de desenvolvimento e de se trabalhar em um ambiente onde se possam fazer contribuições construtivas (WALKER; UNTERHALTER, 2007).

Neste sentido, é crescente a literatura que ressalta os efeitos das tarefas domésticas na escolaridade e na participação no mercado de trabalho de crianças e jovens. Estudos como o de Levison e Moe (1998) e Kimmel e Connelly (2006) argumentam que ao não se considerarem estas atividades como trabalho, acaba-se negligenciando muitas particularidades, principalmente das mulheres jovens, no que tange a alocação entre estudo e trabalho. A evidência empírica mostra que este tipo de trabalho é tão prejudicial à escolaridade quanto o ingresso no mercado de trabalho (KRUGER; BERTHELOM, 2007), e muitas vezes ocorrem devido ao fato destas jovens substituírem os pais nos cuidados com crianças (EDMONDS, 2006).

A atribuição destes afazeres domésticos pode, também, prejudicar o ambiente familiar, uma vez que a educação das jovens possui externalidades positivas, dentre as quais estão à melhora na saúde da família e a diminuição da taxa de nascimentos (SCHULTZ, 2002). Ainda, as mulheres que se ocupam apenas com a realização do trabalho doméstico estão em risco de possuir suas capacitações restritas, por apresentarem baixos níveis de vários funcionamentos, prejudicando seu bem-estar financeiro futuro no caso da família se desfazer (ROBEYNS, 2003).

Deste modo, o presente estudo tem como objetivo analisar os determinantes da alocação de tempo dos jovens através de uma comparação entre a definição usual de trabalho e uma definição mais abrangente, que inclui as tarefas domésticas. Uma das principais contribuições desta ampliação é possibilitar uma maior compreensão das jovens NEETs, que conforme a descrição no capítulo anterior, se encaixam no perfil de trabalhadoras domésticas.

4.2 MÉTODO

A base de dados utilizada para a identificação da decisão de alocação do tempo dos jovens foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do ano de 2011, obtido junto ao IBGE. A partir dela, foram considerados como jovens 91.301 indivíduos, entre 15 e 29 anos, dentre os quais, 45.794 são mulheres e 45.507 homens. Em função da semana de

referência⁹ em que foi realizada a pesquisa, os jovens foram separados por gênero e em quatro grupos, que são: (i) só trabalha, (ii) só estuda, (iii) trabalha e estuda e (iv) NEET.

Em um primeiro momento, foram realizadas as estimações considerando a definição de trabalho como de ocupação remunerada, isto é, se a pessoa recebeu algum dinheiro, mercadorias ou benefícios pelos serviços prestados, para em seguida, incluir nesta definição o trabalho em ocupações sem remuneração e a responsabilidade pelos afazeres domésticos. Através desta categorização, foram identificados aspectos do contexto familiar, social e de habilidades que induzem a uma maior tendência do jovem estar ou não executando cada uma destas tarefas, de acordo com as distintas definições de trabalho.

Neste sentido, as variáveis¹⁰ utilizadas podem ser separadas em cinco sub-categorias: as características pessoais, que correspondem a idade, a idade ao quadrado, se é filho do chefe do domicílio, a raça, se é casado e, para mulheres, se tem filho¹¹; as características da escolaridade do indivíduo, que são representadas por quatro variáveis que indicam intervalos de anos de escolaridade; características do ambiente domiciliar do indivíduo que correspondem a escolaridade máxima atingida pelo chefe e cônjuge¹² do domicílio, se o chefe do domicílio trabalha, e se a chefe do domicílio é mulher; características locacionais, que incluem o local de residência, tanto se é rural ou não, e a região do país onde reside; e as características das condições do domicílio, que incluem se o jovem recebe alguma outra renda que não deriva do trabalho, como pensão e etc., o número de pessoas que residem no domicílio, o número de cômodos deste domicílio e se ele possui esgoto encanado.

A estimação segue a perspectiva de Becker (1965), onde cada indivíduo busca maximizar seu bem-estar de acordo com suas preferências e sujeito a restrições de recursos e preços. Desta forma, segundo Greene (2011), assumindo que cada uma das categorias em análise podem ser representadas por um vetor J , onde $J=(0$ - só trabalha; 1 - só estuda; 2 - estuda e trabalha; 3 - NEET) e que i representa cada indivíduo, de modo que $i = (1, \dots, n)$, a utilidade de cada jovem pode ser definida como:

$$U_{ij} = x_{ij}'\beta + \varepsilon_{ij} \quad (4.1)$$

⁹ A semana de referência da PNAD (2011) corresponde ao período de 18 a 24 de setembro de 2011.

¹⁰ A descrição completa das variáveis utilizadas está na Tabela A.1 do Apêndice.

¹¹ Esta variável foi apenas considerada para as jovens devido a difícil identificação desta ocorrência para os homens.

¹² A variável de escolaridade máxima é considerada apenas quando o chefe ou cônjuge não são o próprio jovem.

Onde x são as características individuais, como idade, educação, raça e etc., e β representa os parâmetros estimados para cada destas características. Assim, se o jovem seleciona uma determinada categoria j em particular, assume-se que U_{ij} é máxima entre as J utilidades, de forma que $\Pr(U_{ij} > U_{ik})$ para todo $k \neq j$.

Na intenção de atender ao objetivo do presente trabalho, busca-se verificar como alterações nos elementos de x afetam a probabilidade do jovem estar em cada uma das categorias, isto é, $P(y_i = j | x_i)$. O modelo *logit multinomial*, de acordo com Wooldridge (2010), estima estas probabilidade de modo que:

$$P(y_i = j | x_i) = \frac{e^{x_i' \beta_j}}{\sum_{k=0}^3 e^{x_i' \beta_k}}, \quad j=0, 1, 2, 3 \quad (4.2)$$

É importante ressaltar que este modelo requer uma normalização arbitrária para uma categoria de referência, pois precisa fornecer $J+1$ parâmetros com apenas J equações. Nesse sentido, a interpretação deve ser feita tomando-se uma das categorias de escolha como referência (GREENE, 2011). Por fim, uma característica destes modelos é que podem ser representados por taxas de risco relativas, definidas como:

$$\ln \left[\frac{P_{ij}}{P_{ik}} \right] = x_i' (\beta_j - \beta_k) = x_i' \beta_j, \quad \text{se } k = 0 \quad (4.3)$$

Estas taxas de risco, não dependem das outras escolhas e muitas vezes são utilizadas para facilitar a interpretação dos coeficientes estimados. Vale destacar que esta estimação é conduzida via máxima verossimilhança¹³.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta o resultado da aplicação do modelo *logit multinomial* conforme descrito acima. As estimações cuja variável dependente usa a definição de trabalho usual estão apresentadas, separadas por gênero, nas Tabelas 1 e 2. Já os resultados que adicionam os afazeres domésticos como trabalho estão apresentadas nas Tabelas A.4 e A.5 no Apêndice. É

¹³ Para maiores informações sobre o procedimento, ver Wooldridge (2010) e Greene (2010).

importante ressaltar o modelo necessita da escolha de uma categoria base, que no presente estudo é a de apenas estudar.

Tabela 1. Taxas de risco relativas da aplicação do modelo *logit multinomial* para os homens jovens – 2011.

Variáveis	NEET	Trabalha	Trabalha e Estuda	Variáveis	NEET	Trabalha	Trabalha e Estuda	
Idade	5,936*** (0,403)	12,273*** (0,722)	2,762*** (0,162)	Chefe trabalha	0,862*** (0,045)	1,002 (0,046)	1,177*** (0,058)	
Idade2	0,967*** (0,002)	0,954*** (0,001)	0,981*** (0,001)	Chefe mulher	1,235*** (0,058)	0,912** (0,037)	0,902** (0,038)	
Filho	0,988 (0,064)	0,446*** (0,023)	0,749*** (0,043)	Nº pessoas	1,135*** (0,015)	1,108*** (0,013)	1,011 (0,012)	
Raça	0,816*** (0,039)	0,822*** (0,034)	0,950 (0,040)	Nº cômodos	0,887*** (0,011)	0,857*** (0,008)	0,963*** (0,009)	
Casado	4,336*** (1,498)	5,556*** (1,828)	3,922*** (1,356)	Banheiro enc.	0,761*** (0,040)	0,604*** (0,028)	0,810*** (0,038)	
Estudo 1 a 4	0,274*** (0,035)	0,578*** (0,075)	0,838 (0,118)	Outra renda	0,907 (0,080)	0,197*** (0,019)	0,473*** (0,047)	
Estudo 5 a 10	0,136*** (0,015)	0,372*** (0,043)	0,870 (0,109)	Rural	1,127* (0,081)	2,260*** (0,136)	2,242*** (0,137)	
Estudo 11 a 14	0,275*** (0,034)	0,730** (0,090)	1,458*** (0,194)	N	0,496*** (0,036)	0,408*** (0,026)	0,907 (0,058)	
Estudo 15 mais	0,165*** (0,030)	0,588*** (0,100)	1,004 (0,184)	NE	0,747*** (0,043)	0,510*** (0,026)	0,747*** (0,040)	
Educ. pais prim.	1,500*** (0,074)	1,458*** (0,062)	1,239*** (0,055)	S	0,863** (0,064)	1,285*** (0,079)	1,478*** (0,091)	
Educ. pais sup.	0,480*** (0,036)	0,318*** (0,021)	0,605*** (0,038)	CO	0,690*** (0,055)	0,751*** (0,050)	1,184** (0,080)	
Pseudo R2							0,251	
Log pseudolikelihood							-21845664	
Nº obs.							45689	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2011.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. ***, ** e * representam significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Conforme pode ser observado, a estimação para os homens jovens indica que dentre as características pessoais, representada pelas cinco primeiras variáveis da Tabela 1, quanto maior a idade do jovem mais ele está propenso em apenas trabalhar, ser NEET ou trabalhar e estudar. Este efeito era de se esperar, pois a categoria apenas estudar é a base adotada e, porque nas idades mais novas, muitos jovens ainda estão terminando a educação básica. O efeito da idade é mais forte para a categoria trabalha, reforçando seu importante papel na transição para a vida adulta. O mesmo pode ser dito para o casamento, que também apresenta valores mais altos para a categoria trabalha e é considerado como fator constituinte¹⁴ da transição para a vida adulta.

¹⁴ Mais informações sobre os processos de transição para a vida adulta ver Camarano (2004).

A variável que indica se o jovem ainda é filho do chefe do domicílio, apesar de não ser significativa para o caso dos NEETs, implica diminuição na chance relativa de se trabalhar e de se trabalhar e estudar, em 55,4% e em 25,1%, respectivamente. Ainda, dentre as variáveis de características pessoais, estar casado diminui as chances de se estar estudando, enquanto que a raça, isto é, ser da cor branca, reduz a probabilidade de se tornar NEET e de trabalhar. Este último resultado evidencia a maior propensão dos brancos em permanecer na escola e, assim, acumular mais capital humano.

Os intervalos de anos de escolaridade considerados são estatisticamente significativos em todos seus níveis para os NEETs, e indicam redução na chance de se estar nesta categoria. Isto é, a probabilidade de ser NEET está mais associada a se ter nenhum ou menos de um ano de educação formal, corroborando com o que fora destacado no capítulo anterior. O mesmo ocorre com os coeficientes encontrados para os que apenas trabalham, enquanto que estar no intervalo entre 11 a 14 anos de estudos está associado com uma maior probabilidade dos jovens estarem trabalhando e estudando.

A educação dos pais, já evidenciada como importante fator na determinação da alocação do tempo dos jovens no Brasil (LEME; WAJNMAN, 2000; CORSEUIL et al., 2001; MENEZES-FILHO et al., 2002), indica que pais cuja escolaridade máxima é estar cursando ou ter apenas terminado a educação primária aumenta a chance relativa do filho ser NEET e trabalhar. O efeito oposto, isto é, de que o jovem esteja estudando, é encontrado para pais cujo nível de escolaridade é de estar cursando ou ter terminado o ensino superior. Segundo Corseuil et al. (2001) pais mais educados teriam mais informações sobre a importância da educação e tenderiam a atribuir maior valor ao tempo gasto por seus filhos em atividades escolares. Ainda, os autores entendem que a educação também pode ser entendida como *proxy* para a renda permanente do indivíduo e, então, pais mais educados disporiam de mais recursos para investir na educação de seus filhos.

Entre as demais variáveis que representam o ambiente do domicílio, o fato do chefe do domicílio estar empregado aumenta a probabilidade do jovem trabalhar e estudar, e reduz a de ser NEET. Este resultado se assemelha ao encontrado por Marchionni (2005), que encontrou significância desta variável na determinação da probabilidade dos jovens estarem empregados na Argentina. Já a variável que indica se a chefe do domicílio é uma mulher, encontra efeito positivo no fato do jovem ser NEET em função, principalmente, da chefia do domicílio por parte das mulheres estar atrelada ao desemprego dos homens.

As variáveis de condições do domicílio possuem o efeito esperado, uma vez que elas podem ser consideradas como *proxy* para a renda, de tal forma que quanto maior o número de

peças no domicílio, menores são as chances relativas dos jovens estarem estudando, enquanto que as demais variáveis, de forma contrária, aumentam a possibilidade dos estudos em detrimento das demais. Já entre as variáveis locacionais, estar no meio rural diminui a probabilidade do jovem estudar, aumentando principalmente as chances dele só trabalhar ou trabalhar e estudar, reflexo do menor acesso a serviços públicos, das baixas condições de vida e da qualidade do ensino, conforme destacado por Ferreira e Alves (2009). Por fim, as variáveis regionais, em comparação com o Sudeste, indicam que em todas as regiões os jovens possuem menores chances relativas de serem NEETs, enquanto que há maior probabilidade de estarem apenas trabalhando no Sul e de conciliar trabalho e estudo no Sul e no Centro-Oeste.

Traçando um comparativo com a definição de trabalho mais ampla, que inclui os afazeres domésticos, nota-se que para os homens não são identificadas muitas mudanças, o que era de se esperar, uma vez que as mulheres estão mais propícias a serem responsáveis por estas tarefas. No entanto, cabe ressaltar a diminuição do efeito da idade na probabilidade do jovem estar em cada uma das categorias e, ainda, a diminuição do impacto de se residir no meio rural.

Estes resultados indicam alternativas de foco para uma possível política anti-NEET que venha ser adotada. Na intenção de possibilitar esta melhor identificação para as mulheres, a Tabela 2 abaixo, apresenta os resultados da estimação do modelo *logit multinomial* para as jovens do sexo feminino.

Tabela 2. Taxas de risco relativas da aplicação do modelo *logit multinomial* para as mulheres jovens – 2011.

Variáveis	NEET	Trabalha	Trabalha e Estuda	Variáveis	NEET	Trabalha	Trabalha e Estuda
Idade	3,555*** (0,193)	5,727*** (0,329)	2,160*** (0,128)	Chefe trab.	0,882*** (0,037)	0,914** (0,039)	1,083* (0,051)
Idade2	0,976*** (0,001)	0,968*** (0,001)	0,986*** (0,001)	Chefe mulher	0,987 (0,041)	1,101** (0,047)	1,017 (0,046)
Filho	0,425*** (0,020)	0,471*** (0,023)	0,845*** (0,046)	Nº pessoas	1,107*** (0,012)	1,066*** (0,012)	0,988 (0,013)
Raça	0,797*** (0,032)	0,798*** (0,032)	0,994 (0,043)	Nº cômodos	0,840*** (0,009)	0,855*** (0,008)	0,949*** (0,009)
Mãe	5,124*** (0,286)	3,026*** (0,173)	1,089 (0,074)	Banheiro enc.	0,762*** (0,033)	0,823*** (0,036)	0,891** (0,042)
Casado	2,496*** (0,386)	2,434*** (0,379)	2,050*** (0,357)	Outra renda	0,753*** (0,047)	0,545*** (0,035)	0,683*** (0,053)
Estudo 1 a 4	0,486*** (0,069)	0,781 (0,118)	0,506*** (0,092)	Rural	1,269*** (0,069)	1,280*** (0,073)	1,061 (0,070)
Estudo 5 a 10	0,263*** (0,032)	0,554*** (0,070)	0,767** (0,103)	N	0,431*** (0,026)	0,303*** (0,019)	0,624*** (0,041)

Estudo 11 a 14	1,014 (0,126)	3,148*** (0,407)	2,134*** (0,293)	NE	0,695*** (0,034)	0,464*** (0,023)	0,624*** (0,034)
Estudo 15 mais	1,103 (0,182)	6,908*** (1,126)	1,622*** (0,287)	S	1,015 (0,063)	1,342*** (0,081)	1,521*** (0,095)
Educ. pais prim.	1,423*** (0,059)	1,375*** (0,058)	1,016 (0,048)	CO	0,644*** (0,042)	0,595*** (0,038)	0,950 (0,064)
Educ. pais sup.	0,431*** (0,029)	0,343*** (0,022)	0,592*** (0,038)	-	-	-	-
Pseudo R2							0,241
Log pseudolikelihood							-24679996
N° obs.							46065

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2011.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. ***, ** e * representam significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Os resultados estimados para as mulheres, de forma semelhante ao dos homens, indicam que quanto maior a idade da jovem, menor são as chances relativas deles estarem estudando em detrimento das outras categorias, principalmente apenas trabalhando. Além disso, os resultados apontam que ser mãe aumenta as chances da jovem se tornar NEET e de trabalhar. O maior valor encontrado para a categoria NEET e a alta representatividade desta categoria entre as jovens mais novas e com filhos, conforme salientado nos capítulos anteriores, reforça a hipótese de que a maternidade adolescente está associada ao abandono da escola, a baixa escolaridade e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Isto pode, segundo Heckman (2008), ser um fator comprometedor dos investimentos realizados pela família durante a criação dos filhos, além de dificultar a formação de um ambiente propício para o seu maior desenvolvimento.

O fato de a jovem estar casada possui impacto positivo relevante nas chances dela não mais estudar, aumentando a probabilidade das outras categorias. A magnitude deste efeito é distinta entre os sexos, sendo mais intensa entre os homens, ou seja, eles têm maior probabilidade de, ao casar, não permanecer nos estudos. Já o fato de ser filha do chefe e de ser da cor branca, de maneira geral, faz com que aumentem as chances da jovem estar estudando, resultado semelhante ao encontrado para os homens.

As variáveis que representam os intervalos de anos de estudo atribuem, de forma mais clara que no caso masculino, uma maior probabilidade das mulheres ainda estarem estudando, caso estiverem nos intervalos de menor escolaridade, enquanto que os intervalos entre 11 e 14, e 15 ou mais anos de estudo enfatizam, principalmente, uma maior chance de a jovem estar apenas trabalhando. Já as variáveis de ensino dos pais, de maneira equivalente ao dos homens, possuem grande impacto na decisão das jovens. Os pais de menor escolaridade colaboram com uma maior probabilidade de a jovem ser NEET ou estar apenas trabalhando,

enquanto que pais com nível superior, aumentam as chances de a jovem estar estudando, formando uma espécie de transmissão da educação entre gerações.

Entre as *proxies* de riqueza, apenas o número de pessoas no domicílio não faz com que se aumentem as chances da jovem estar estudando. Indicando que a dedicação exclusiva ao estudo está atrelada a uma maior renda domiciliar. No conjunto de variáveis locacionais, chama atenção o fato das jovens que estão no meio rural terem maior probabilidade de serem NEET ou estarem apenas trabalhando. Estes resultados reforçam a necessidade de uma maior inclusão social, especialmente das jovens no meio rural, em função dos já salientados riscos associados à categoria NEET. Por fim, as *dummies* regionais indicam que, com exceção do sul, aumentam-se as chances dos jovens se encontrarem na categoria apenas estudando.

No comparativo com a definição de trabalho mais abrangente, que inclui os afazeres domésticos, assim como entre os homens, a variável de idade diminui sua influência, porém, residir no meio rural aumenta ainda mais as chances das mulheres não estarem estudando. Outra diferença, no que tange este comparativo entre as definições de trabalho, ocorre para a variável casado que aumenta de impacto para as mulheres, fazendo com que esta propensão se aproxime dos valores encontrados para os homens na definição usual de trabalho. Ainda, vale ressaltar que pela definição usual, as jovens que já são mães têm maior propensão a serem NEETs, enquanto que ao se considerar os afazeres domésticos, elas passam a terem maior propensão a estarem trabalhando.

Estes resultados mostram como a mudança na definição de trabalho marca ainda mais a diferença de gênero e ressalta a relevância de residir no meio rural e do casamento para as mulheres na decisão de alocação do tempo. Isto é, apesar de que nos dois modelos estimados para as jovens, viver no ambiente rural e ser casada implicam em redução na probabilidade de estar estudando, isto se tornou ainda mais evidente para a definição de trabalho que incluía os afazeres domésticos. Assim, esta comparação gerou evidências de que existem fatores de conversão sociais que atingem as jovens brasileiras, reduzindo sua propensão à escolaridade em prol das demais categorias.

É necessário ressaltar que a igualdade de gênero não necessariamente significa igualdade de resultados entre homens e mulheres, mas sim em igualdade de oportunidades (BANCO MUNDIAL, 2007). No entanto, segundo Nussbaum (1998; 2001), apesar de não existir consenso na literatura sobre se as escolhas de gênero são tomadas em função da natureza ou de questões sociais, não se pode negar que exista um processo social coercivo, de modo que não seja possível saber o que homens e mulheres iriam escolher se fossem genuinamente livres para tal. Neste sentido, mesmo em se tratando de desigualdades em

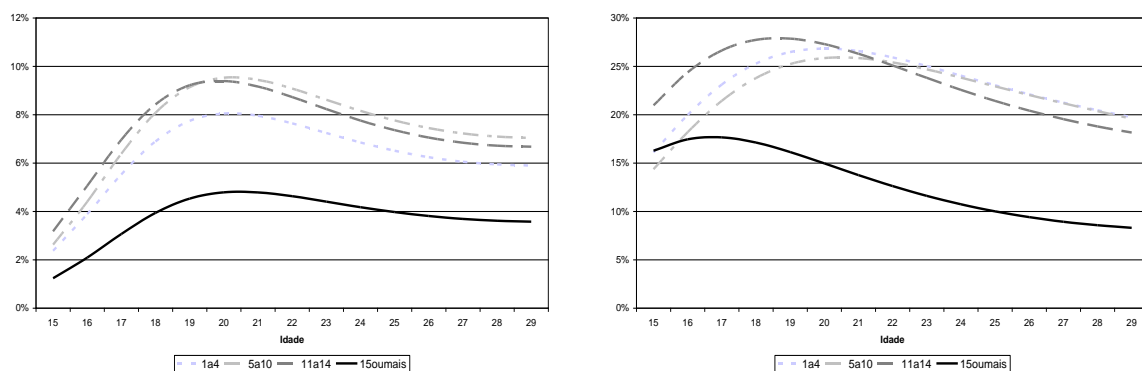
funcionamentos, como estudar e trabalhar, os resultados encontrados aqui podem ser traduzidos como diferenças em termos de capacitações.

A melhor exploração do impacto destas distintas definições de trabalho sobre os jovens, em especial no que tange à categoria NEET, é promovida na próxima subsecção. A idéia é melhor traduzir os efeitos das tarefas domésticas entre as diferentes idades e intervalos de escolaridade, o que pode ser relevante principalmente no que diz respeito à adoção de políticas públicas.

4.3.1 Impacto da definição de trabalho sobre a categoria NEET

Conforme salientado anteriormente, a inclusão das tarefas domésticas na definição de trabalho faz com que haja uma alteração no efeito de diversas características que influenciam os jovens a se tornarem NEETs. Após esta análise, torna-se relevante a identificação de períodos sensitivos, onde há uma maior probabilidade do jovem estar nesta categoria e, assim, contribuir para a adoção de políticas que visem facilitar a transição do jovem entre a escola e o mercado de trabalho.

Para tanto, foram realizadas previsões em cima dos modelos estimados. Estas previsões, apresentadas na Figura 8, a seguir, consideram a probabilidade de cada indivíduo estar nas categorias NEET para diferentes idades e níveis de escolaridade, sendo as demais variáveis estabelecidas na média amostral.



(a) Distribuição dos Homens

(b) Distribuição das Mulheres

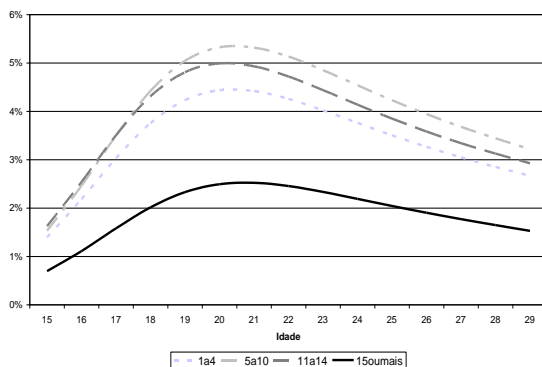
Figura 8. Previsão para a probabilidade de ser NEET, para homens e mulheres jovens, de acordo com os intervalos de anos de escolaridade.

A principal constatação que pode ser feita pela Figura 8 é que a chance de se encontrar um homem NEET é substancialmente inferior a de uma mulher. As probabilidades tendem a

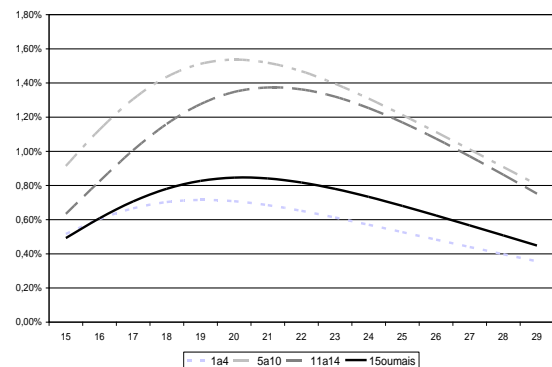
ser crescentes nas idades iniciais, em função principalmente do término da educação básica. Porém, a correlação entre maior escolaridade e menor probabilidade de ser NEET, com exceção para o intervalo de maior escolaridade, não é tão evidente. Apesar de apresentarem valores próximos, a maior média encontrada para os jovens homens é a do intervalo entre 5 a 10 anos de estudo, com 7,5%, probabilidade que atinge 9,5% aos 20 anos, o maior valor encontrado para os homens. Valores próximo são encontrados para o intervalo de 11 a 14 anos de estudo, que apresenta média de 7,4% e um pico, também aos 20 anos de 9,4%.

Os resultados da previsão indicam que as idades de maior probabilidade das jovens estarem na categoria NEET são iguais ou até anteriores à dos homens. Ainda, à exceção do intervalo que corresponde ao maior nível de escolaridade, as demais probabilidades encontradas são relativamente próximas. Entre as mulheres, os maiores valores encontrados estão no intervalo de 11 a 14 anos de estudo, com média de 23,4% e valor máximo de 27,9% aos 19 anos. Valores semelhantes são encontrados para o intervalo de 1 e 4 anos de estudo, que apresentam probabilidade média de 23,1%, com ápice de 26,8% aos 20 anos. Não obstante, as jovens de 5 a 10 anos de estudo apresentam média de 22,3% com pico de 25,9%, também aos 20 anos.

Esta mesma previsão é realizada com a definição mais inclusiva de trabalho, isto é, àquela que adiciona os afazeres domésticos e as ocupações não remuneradas. O contraste dos resultados encontrados entre os gêneros pode ser visualizado na Figura 9, abaixo.



(a) Distribuição dos Homens



(b) Distribuição das Mulheres

Figura 9. Previsão para a probabilidade de ser NEET, considerando trabalho doméstico na definição de trabalho, para homens e mulheres jovens, de acordo com grupos de ano de escolaridade.

As previsões para esta distinta definição dos NEETs, em função da inclusão dos afazeres domésticos como trabalho, conforme a Figura 9, demonstram uma redução

significativa nas probabilidades de pertencer a esta categoria, principalmente entre as mulheres. Entre os homens, o intervalo que apresenta as maiores chances de serem NEET possui média de 4%, e permanece sendo o de 5 a 10 anos de escolaridade. Já entre as mulheres, os intervalos de escolaridade que apresentam as maiores probabilidades na média são o 5 a 10 anos de estudo, com 1,2%, e o de 11 a 14, com 1,1%. Valores que, além de bastante distintos da análise anterior, passam a ser inferiores ao dos homens. O motivo para esta redução tão abrupta nos percentuais está no fato de que com esta definição, uma parte grande das mulheres passou a ser considerada na categoria apenas trabalhando. As NEETs somam agora 1.153, ou 2,5% do total de mulheres, enquanto que pela definição anterior eram 13.334 ou 29%.

Não obstante, uma outra característica marcante no que tange a comparação entre as duas definições de trabalho é a menor tendência de queda das probabilidades entre as idades mais avançadas na definição usual de trabalho. A persistência, principalmente entre os altos valores encontrados para as mulheres, e em especial nos intervalos de menor escolaridade, representa a importância de políticas voltadas para a inserção destas no mercado de trabalho.

Entre as políticas em andamento, que podem ser entendidas como anti-NEET, Martinez-Restrepo (2012) indica que o Projeto Agente Jovem, que visa à permanência do jovem no sistema de ensino e, também, sua capacitação para a entrada no mercado de trabalho, possui impacto significativamente positivo, por promover a diminuição da repetição escolar, aumentar as aspirações pela continuação dos estudos e por reduzir a tendência de adoção de comportamentos de risco entre os jovens. Outros programas governamentais, como o ProJovem e o Pro-Uni, que buscam melhorar a capacitação e facilitar a entrada dos jovens de baixa renda no mercado de trabalho também podem ser entendidos como facilitadores da transição para a vida adulta dos jovens.

Em suma, os resultados encontrados no presente trabalho contribuem com o melhor direcionamento destas políticas ao destacar a importância, principalmente entre as mulheres, do casamento, da reprodução e do meio rural como possuidores de grande influência na inatividade. A diferença diagnosticada com a inclusão das tarefas domésticas como trabalho, revela uma outra face deste problema que remete à busca por instrumentos que venham a permitir que as mulheres transfiram a responsabilidade de parte destas tarefas. Por exemplo, investimentos em creches e pré-escolas podem ser fundamentais para que as mulheres consigam conciliar tarefas, permitindo uma maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres ao possibilitar a permanência destas na escola ou no mercado de trabalho.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar os determinantes da alocação de tempo dos jovens. Neste sentido, foram comparadas duas definições de trabalho distintas, uma mais usual, relacionada à pessoa economicamente ativa, e a outra, mais abrangente incluindo as tarefas domésticas. A idéia deste comparativo era possibilitar uma maior compreensão das jovens NEETs, que têm perfil ligado aos afazeres domésticos.

Desta forma, foi possível identificar o impacto de algumas variáveis na decisão de estudar, trabalhar, realizar as duas tarefas, ou nenhuma delas. Destacaram-se, neste sentido, as variáveis de escolaridade dos pais e as que refletiam a condição domiciliar, onde ambas indicaram a existência de uma transmissão intrageracional de escolaridade e de renda, importantes para o acúmulo de capital humano dos jovens. Ainda, é importante destacar a influência da maternidade da jovem na decisão de não permanecer estudando.

Não obstante, a comparação entre as duas definições de trabalho, permitiu que se enfatizassem as diferenças de gênero. Especialmente para o caso das mulheres, a adoção da definição que incluía os afazeres domésticos resultou em um aumento na intensidade de se residir no meio rural e do casamento sobre a decisão de não estudar. A variável que indica se a jovem possui filhos, que antes apontava para a maior probabilidade da jovem ser NEET, na definição mais abrangente indicou maior propensão delas estarem apenas trabalhando.

A importância da inclusão das tarefas domésticas na definição de trabalho se tornou ainda mais evidente quando se realizaram previsões para verificar as chances dos jovens serem NEET. A menor tendência de queda nestas probabilidades na definição usual de trabalho, aliado ao declínio abrupto destas chances entre as mulheres, indicou que políticas anti-NEET devem buscar instrumentos que permitam uma maior conciliação entre os afazeres domésticos, o mercado de trabalho e os estudos. Isto é, que tornem possível uma maior igualdade de oportunidade entre os sexos.

5 DETERMINANTES DOS SALÁRIOS DOS JOVENS

5.1 INTRODUÇÃO

Analisar o que determina os salários dos jovens é de importância vital para a avaliação da justiça distributiva de uma sociedade. Entender a influência de características individuais, como o ambiente familiar e da urbanização, além de identificar o impacto de investimentos em capital humano nos rendimentos nesta faixa etária, contribui com o desenvolvimento de táticas para promover bem-estar e diminuir a pobreza, colaborando para que a sociedade adote uma trajetória de maior crescimento e prosperidade.

No entanto, o mercado de trabalho possui algumas características específicas para os jovens, como maior taxa de transição entre empregos e de rotatividade entre emprego e inatividade. Os argumentos para tal, segundo Miller (1984), é que os indivíduos buscam maximizar os salários presentes e futuros, de tal forma que os jovens possuem menor probabilidade de que sua atual ocupação seja a que atenda esta necessidade. Ainda, o autor indica que muitos jovens, por terem menor percepção que as pessoas mais experientes, estão mais dispostos a assumir riscos, fazendo com que trabalhem em ocupações onde a alta taxa de rotatividade é endêmica.

A dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho é, inclusive, apontada pelo PNUD (2010), como o principal problema que os jovens latino-americanos enfrentam. Especialmente durante o período da juventude, Sen (2000) ressalta que esta dificuldade está conectada à perda de auto-estima e desânimo, o que influencia na desigualdade racial e de gênero, culminando com o enfraquecimento dos valores da sociedade.

A abordagem do capital humano presume a existência de uma associação positiva entre o desempenho no trabalho e o nível de capital humano. Porém, conforme descrito por Gonzaga et al. (2012), o custo de oportunidade dos estudos, principalmente das famílias menos favorecidas, é muito alto em países como o Brasil. Possibilitando a ocorrência de um ciclo vicioso, em função da falta de experiência dos jovens e da exigência, principalmente para se conseguir um trabalho formal, de experiência prévia. Isto acarreta em um mercado de trabalho com muitos trabalhadores em empregos informais, de baixo salário, com poucas chances de promoção e de aumento real nestes rendimentos.

Neste cenário, as jovens são ainda mais prejudicadas. Apesar do crescimento recente na participação das mulheres no mercado de trabalho (MADALOZZO, 2009), elas, muitas vezes, assumem maiores responsabilidades sobre as tarefas domésticas, o que dificulta a

inserção no mercado de trabalho e o subsequente acúmulo de experiência que, por sua vez, influencia positivamente os salários. No período que corresponde à juventude, este efeito pode ser ainda mais nocivo, uma vez que até dois terços dos ganhos salariais ocorrem durante os primeiros dez anos de experiência (MURPHY; WELCH, 1990) afetando, inclusive, a capacidade delas como provedoras de renda mesmo na fase adulta.

As desigualdades de gênero podem também, resultar em distintas possibilidades de engajamento social e de acesso às oportunidades (WALKER; UNTERHALTER, 2007). Isto é, influenciando negativamente o poder de agência das jovens, o que restringe a liberdade delas de alcançar os objetivos que entendam como importante. Neste sentido, a presente pesquisa busca identificar os determinantes dos rendimentos dos jovens brasileiros, enfatizando a diferença de gênero e alertando para possíveis medidas que possam reduzi-la.

5.2 MÉTODO

A base de dados utilizada para a identificação dos determinantes dos salários dos jovens foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do ano de 2011, obtidos junto ao IBGE. A partir dela, foram considerados como jovens 90.183 indivíduos, entre 15 e 29 anos, dos quais, 55,9% possuíam alguma ocupação na semana de referência¹⁵ em que foi realizada a pesquisa.

Segundo Heckman (1979; 2000), uma estimação que busque identificar os determinantes dos salários, considerando apenas as pessoas que trabalham e ignorando os desempregados e inativos, gera resultados viesados. Este problema surge em função da amostra correspondente às pessoas que trabalham pode não ser aleatória e, assim, não representar toda a população. Isto ocorre, porque a decisão de trabalhar está atrelada não só à oferta de trabalho, mas também ao custo de oportunidade de cada pessoa, fazendo com que a observação do salário dependa da participação no mercado de trabalho.

Uma forma de se contornar este problema, segundo Coulon e Piracha (2005), é através da inserção, na equação de rendimentos, de variáveis potencialmente relacionadas aos custos associados à equação de seleção, que no caso da presente dissertação é a equação de participação no mercado de trabalho. Assim, caso estas variáveis¹⁶ se revelem estatisticamente significantes apenas na equação de seleção, os autores indicam aceitação das mesmas e, caso contrário, a sua rejeição.

¹⁵ A semana de referência da PNAD (2011) corresponde ao período de 18 a 24 de setembro de 2011.

¹⁶ A descrição completa das variáveis utilizadas estão no Apêndice.

Segundo Greene (2011) e Kassouf (1998), o método de Heckman para o controle do viés de seleção na determinação dos salários engloba uma equação de participação, que explica a probabilidade de se participar no mercado de trabalho e é estimada por um *probit*, tal que:

$$L_i^* = w_i' \gamma + u_i \quad (5.1)$$

Onde w é um vetor de variáveis que determina a participação no mercado de trabalho, e L_i^* denota esta participação. Além desta, a equação que explica a determinação dos salários, de acordo com a abordagem minceriana de capital humano, pode ser descrita como:

$$W_i = x_i' \beta + \varepsilon_i \quad (5.2)$$

Nesta equação, x é um vetor de variáveis que determinam os salários. Considerando que só se observa W_i quando L_i^* é maior que zero e supondo que ε_i e u_i têm distribuição bivariada normal com média zero e correlação ρ . Então:

$$\begin{aligned} E(W_i | W_i \text{ é observado}) &= E(W_i | L_i^* > 0) = E(W_i | u_i > -w_i' \gamma) \\ &= x_i' \beta + E(\varepsilon_i | u_i > -w_i' \gamma) \\ &= x_i' \beta + \rho \sigma_\varepsilon \lambda_i(\alpha_u) \end{aligned} \quad (5.3)$$

Onde, $\alpha_u = -w_i' \gamma / \sigma_u$ e $\lambda_i(\alpha_u) = \frac{\phi(w_i' \gamma / \sigma_u)}{\Phi(w_i' \gamma / \sigma_u)}$. Esta última razão é denominada razão

inversa de Mills, e representa a variável que, segundo Heckman (1979), é utilizada como explicativa na regressão da equação de oferta de trabalho para eliminar o viés de seletividade amostral.

Estas equações podem ser estimadas conjuntamente por máxima verossimilhança, permitindo a correção para viés de seleção, contudo, com maior esforço computacional, dada a não linearidade da equação de seleção. Esse método permite obter estimadores assintoticamente consistentes e eficientes, enquanto que a técnica de dois estágios, apesar de mais simples, fornece apenas estimadores consistentes (LEE, 1979; MADDALA, 1983; NAWATA, 2004).

5.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados e a discussão da aplicação do modelo de Heckman para o viés de seleção na oferta de mão de obra, conforme descrito acima. As estimações de participação no mercado de trabalho, tanto para os jovens do sexo masculino, como para os do sexo feminino, além da significância estatística da diferença entre os coeficientes estão dispostos na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3. Estimação da equação de participação no mercado de trabalho, segundo gênero.

Variável	Homens	Mulheres	Diferença	Variável	Homens	Mulheres	Diferença
Idade	0,833*** (0,022)	0,490*** (0,021)	0,343*** 155,25	Rural	0,170*** (0,026)	-0,264*** (0,025)	0,434*** 188,09
Idade2	-0,016*** (0,000)	-0,009*** (0,000)	-0,007*** 129,08	Chefe trabalha	0,023 (0,020)	-0,012 (0,013)	0,044** 4,36
Mãe	- -	-0,291*** (0,019)	-	Chefe mulher	-0,107*** (0,018)	0,041*** (0,015)	-0,148*** 48,62
Filho	-0,418*** (0,022)	0,010 (0,016)	-0,428*** 279,9	N° pessoas	-0,008 (0,005)	0,007* (0,004)	-0,015*** 9,2
Raça	-0,024 (0,018)	0,012 (0,015)	-0,036* 3,84	N° cômodos	-0,031*** (0,004)	-0,019*** (0,003)	-0,012** 5,03
Casado	0,225*** (0,067)	0,021 (0,034)	0,204*** 7,1	Banheiro enc.	-0,137*** (0,019)	-0,092*** (0,015)	-0,045*** 6,84
Estudo 1 a 4	0,293*** (0,044)	0,035 (0,055)	0,258*** 14,92	Outra renda	-0,747*** (0,040)	-0,057*** (0,020)	-0,690*** 345,42
Estudo 5 a 10	0,356*** (0,036)	0,313*** (0,043)	0,043 0,55	N	-0,193*** (0,026)	-0,341*** (0,023)	0,148*** 12,41
Estudo 11 a 14	0,474*** (0,037)	0,710*** (0,043)	-0,236*** 23,5	NE	-0,270*** (0,021)	-0,276*** (0,019)	0,006 0,28
Estudo 15 mais	0,493*** (0,053)	1,105*** (0,052)	-0,612*** 89,95	S	0,236*** (0,025)	0,147*** (0,021)	0,089** 5,49
Educ. pais prim.	0,035* (0,019)	0,037*** (0,014)	-0,002 0,05	CO	0,065** (0,027)	-0,064*** (0,023)	0,129*** 10,28
Educ. pais sup.	-0,321*** (0,027)	-0,264*** (0,020)	-0,057** 5,79	Constante	-9,545*** (0,243)	-6,637*** (0,238)	-2,908*** 88,51
N° obs.	42733	44289	87022	N° obs.	42733	44289	87022

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2011.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses e estatística do teste qui-quadrado entre colchetes. ***, ** e * representam significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Conforme se observa na Tabela 3, com o avanço na idade, os jovens tendem a progredir na transição para a vida adulta e ingressar no mercado de trabalho. Este processo ocorre em função do custo de oportunidade entre a escola e o trabalho, uma vez que quanto maior a idade do jovem, maior se torna o seu salário potencial. O efeito, no entanto, é superior para os jovens do sexo masculino do que para as mulheres, indicando uma maior participação destes no mercado de trabalho.

O coeficiente da variável mãe indica que este fator reduz a oferta de trabalho por parte das jovens. Conforme destacado anteriormente, isto, em parte, se deve a maior predisposição das mulheres em efetuar tarefas domésticas como assumir o cuidado dos filhos, fazendo com que elas tenham menor participação no mercado de trabalho e, também, maior predisposição a abandonar os estudos. Já ser filho do chefe do domicílio e estar casado, são significativos apenas para os homens. Esta primeira variável, conforme o esperado reduz a participação na oferta de trabalho, enquanto a segunda a reforça.

As variáveis de estudo, de forma geral, apontam que quanto maior a escolaridade, maior a probabilidade do jovem estar trabalhando. Cabe ressaltar que as mulheres apresentaram maiores valores nos coeficientes para as categorias de ensino mais elevadas, o que corrobora com os resultados encontrados no Capítulo 3, onde as mulheres que trabalhavam possuíam maior nível escolar que os homens.

A educação dos pais, conforme já amplamente identificado na literatura¹⁷, configura-se como importante na determinação da participação no mercado de trabalho. Enquanto pais cuja escolaridade é primária, incompleta ou completa, contribuem para que seus filhos participem do mercado de trabalho, pais cuja escolaridade é universitária reduzem esta propensão. Isto, segundo Corseuil et al. (2001), se deve ao fato de que pais mais educados têm mais informações sobre a importância da educação e tendem a atribuir maior valor ao tempo gasto por seus filhos em atividades escolares e, além disso, a educação dos pais pode ser entendida como *proxy* para a renda permanente do indivíduo e, então, pais mais educados disporiam de maiores recursos para investir na educação de seus filhos.

Não obstante, os dados da PNAD 2011 indicam que as principais ocupações em que os jovens estão inseridos não são caracterizadas por demandar mão-de-obra de alta qualificação. Mais especificamente, os jovens se caracterizam por ocuparem vagas de emprego como vendedores e demonstradores em lojas de mercado (12,76%), seguido por trabalhadores agrícolas (6%), escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos (5,35%), ajudantes na construção civil (4,19%) e de trabalhadores dos serviços domésticos em geral (3,81%).

O coeficiente que indica o meio rural foi um dos que apresentaram maior contraste. Entre as jovens, esta variável indica redução, enquanto que para os jovens do sexo masculino há um aumento na propensão de estar trabalhando. Esta desigualdade de condições no meio

¹⁷ Para exemplos, ver Leme, Wajzman (2000); Corseuil et al. (2001) e Menezes-Filho et al. (2002).

rural é enfatizada em Loureiro et al. (2004), que encontram diferenças salariais substanciais entre as zonas rurais e urbanas, inclusive com evidências de discriminação de gênero.

Já quanto às características do chefe do domicílio, isto é, se ele trabalha e se é do sexo feminino, apenas esta segunda apresenta significância estatística. No caso dos homens esta variável reduz a participação no mercado de trabalho, em função da chefia do domicílio por parte da mulher estar atrelada ao desemprego destes. Entre as mulheres, o sinal positivo indica a maior necessidade das filhas desta chefe de ingressar no mercado de trabalho, isto ocorre, em parte, porque domicílios chefiados por mulheres estão mais suscetíveis à situação de pobreza (NOVELLINO, 2004).

Ainda, as variáveis indicadas como *proxy* de situação econômica, de forma geral, reduzem a probabilidade dos jovens de ambos sexos trabalharem. Por fim, as variáveis regionais, cuja interpretação é relativa ao Sudeste, indicam menor probabilidade do jovem estar trabalhando em todas as regiões, com exceção do Sul e, apenas para o caso dos homens, no Centro-Oeste. Na Tabela 4, a seguir, são apresentados os resultados da estimação do modelo de Heckman por máxima verossimilhança para o logaritmo do salário, medido em horas, no trabalho principal dos jovens, além da diferença estatística entre os coeficientes estimados para cada gênero.

Tabela 4. Estimação da equação de retorno salarial horário do trabalho principal, segundo gênero.

Variável	Homens	Mulheres	Diferença	Variável	Homens	Mulheres	Diferença
Idade	0,143*** (0,015)	0,326*** (0,019)	-0,183*** 64,06	Rural	-0,218*** (0,013)	-0,348*** (0,022)	0,130*** 28,29
Idade2	-0,002*** (0,000)	-0,006*** (0,000)	0,004*** 47,83	N	-0,193*** (0,012)	-0,246*** (0,018)	0,053*** 7,67
Mãe	- -	-0,151*** (0,013)	- -	NE	-0,349*** (0,011)	-0,445*** (0,015)	0,096*** 19,35
Raça	0,078*** (0,008)	0,090*** (0,011)	-0,012 2,13	S	0,015 (0,011)	0,088*** (0,014)	-0,073*** 22,7
Estudo 1 a 4 anos	-0,072*** (0,025)	-0,060 (0,057)	-0,012 0,17	CO	-0,001 (0,012)	-0,002 (0,016)	0,001 0,12
Estudo 5 a 10 anos	0,105*** (0,021)	0,273*** (0,044)	-0,168*** 14,59	Trab. integral	-0,545*** (0,020)	-0,470*** (0,013)	-0,075*** 8,47
Estudo 11 a 14 anos	0,297*** (0,021)	0,640*** (0,045)	-0,343*** 59,25	Trab. formal	0,258*** (0,009)	0,463*** (0,013)	-0,205*** 215,82
Estudo 15 ou mais	0,921*** (0,028)	1,257*** (0,049)	-0,336*** 41,33	Const.	1,112*** (0,179)	-2,403*** (0,235)	3,515*** 166,35
λ	-0,051	0,634	-	Teste dep	14,76***	1165,7***	-
Nº obs.	42733	44289	87022	Nº obs.	42733	44289	87022

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2011.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses e estatística do teste qui-quadrado entre colchetes. ***, ** e * representam significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Os resultados encontrados, conforme a Tabela 4, indicam que existe viés de seleção na determinação dos salários tanto para os jovens do sexo masculino quanto para os do sexo feminino. O valor positivo encontrado para λ implica que os fatores omitidos que aumentam a probabilidade das jovens estarem empregadas também aumentam o salário horário das mesmas. Isto é, uma estimação por métodos menos elaborados que não levam em conta o viés de seleção, como mínimos quadrados ordinários, produziriam viés para baixo do efeito real das variáveis consideradas, o oposto do que é verificado para os homens.

A estimação de Heckman por máxima verossimilhança, no entanto, mostra que o efeito da idade nos salários horários é superior para as mulheres jovens do que para os homens. Os coeficientes encontrados são superiores aos de estudos que englobam o total da população brasileira, como em Kassouf (1994) e Resende e Wyllie (2006) e, assim, são capazes de identificar o alto crescimento nos rendimentos durante o período da juventude, conforme apontado por Murphy e Welch (1990).

A variável raça, apesar não ser significativa quanto a diferenças na participação dos brancos no mercado de trabalho, apresentou significância na determinação dos salários. Uma hipótese para tal, conforme levantado pelo capítulo anterior, é a existência de um viés, onde os brancos conseguem se manter por mais tempo nos estudos e, assim, acumular mais capital humano que os demais. No entanto, trabalhos como Soares (2000) e Campante et al. (2004) encontram evidências de que existe discriminação, não só na definição dos salários, como também na formação e inserção, principalmente dos negros, no mercado de trabalho.

O retorno da educação é majoritariamente positivo para ambos os sexos. No entanto, é importante destacar que, de maneira geral, os retornos são superiores para as mulheres. Esta maior influência é identificada principalmente entre os jovens que possuem 15 ou mais anos de estudo, onde o aumento no salário das mulheres é de 126% e de 92% para os homens. Não há consenso na literatura nacional sobre a intensidade do retorno da educação para homens e mulheres, estudos que englobam a população brasileira como um todo, como Resende e Wyllie (2006) encontram maior retorno para os homens, enquanto Kassouf (1994) e Silva e Kassouf (2002) encontraram valor superior para as mulheres.

Dentre as variáveis locacionais, trabalhar no meio rural tem o efeito de reduzir o salário horário, com efeitos ainda mais prejudiciais para as mulheres. Isto, conforme Alcázar et al. (2002), se justifica em função do ambiente rural estar associado a uma menor renda familiar e a uma menor escolaridade dos pais, o que perpetua estas dificuldades como o acesso a bens e serviços, a escola e ao mercado de trabalho. Além disso, as variáveis

regionais, quando comparados com o Sudeste, indicam menores salários horários entre todas as regiões, exceto para as jovens do Sul.

O trabalho em tempo integral, definido como aquele trabalho em que o jovem depende de no mínimo 36 horas por semana, implica em menores salários por parte de ambos os sexos. Uma das possíveis explicações para este fenômeno está no mercado informal, que conforme Gonzaga et al. (2012) pode servir como uma fonte de experiência para que os jovens futuramente consigam melhores ocupações no mercado de trabalho formal. Inclusive, os resultados indicam que o trabalho formal é responsável por aumentar os salários em 26% para os jovens do sexo masculino e 43% para os do sexo feminino. Neste sentido, Barros et al. (2007) afirmam que, de maneira geral, os trabalhadores informais recebem 40% menos que os formais consideradas as mesmas características produtivas e o mesmo segmento no mercado de trabalho. Assim, os resultados encontrados aqui reforçam a necessidade da redução, tanto dos custos à entrada, como da regulação no mercado formal (ULYSSEA, 2010).

Analisado os determinantes dos salários, passa a ser relevante verificar possíveis diferenças de gênero nestes rendimentos. Para tanto, faz-se uma simulação dos salários recebidos pelos jovens do sexo masculino e feminino, com base no modelo de Heckman estimado. Esta simulação levou em conta apenas o impacto da variável idade e sua interação com os salários horários, mantendo as demais variáveis *dummy* constantes. A Figura 10, abaixo, ilustra os resultados encontrados, separadamente por gênero.

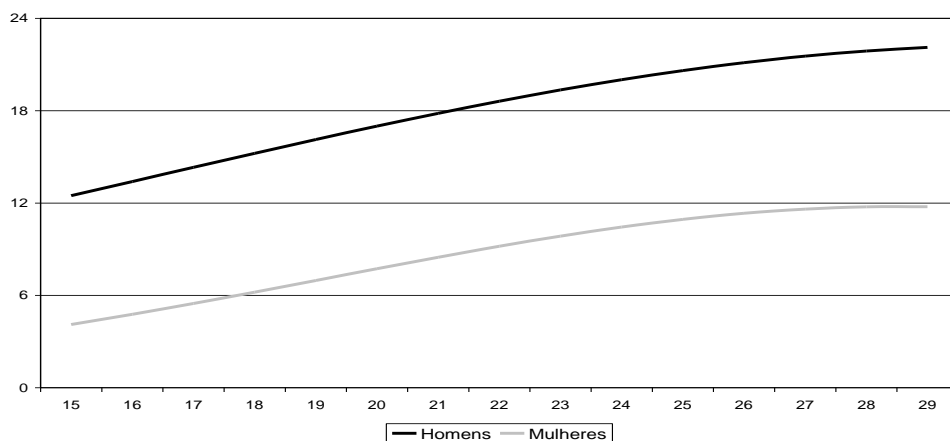


Figura 10. Previsão para os salários dos jovens, diferenciado por gênero.

A Figura 10 mostra, conforme o esperado, uma relação côncava entre a idade e os salários auferidos por homens e mulheres. Cabe destacar, que a diferença estimada nos ganhos horários de homens e mulheres em pouco se altera com a idade. Aos 15 anos, as mulheres, recebem o equivalente a 33% do salário dos homens. Este percentual aumenta para 53% na

idade final. Isto se deve ao maior crescimento dos ganhos femininos, que possuem média de 8% de aumento a cada idade avançada, o dobro do estimado para os homens.

A previsão entre as idades mais avançadas permite identificar, um menor crescimento dos salários das mulheres. Isto sugere uma maior desigualdade nos períodos futuros. Leme e Wajnman (2000) justificam esta ocorrência ao apontar que o diferencial salarial entre homens e mulheres no Brasil vem caindo para cada geração mais jovem, mais especificamente, no período de análise das autoras, de 1977 até 1997, o diferencial a favor dos homens caiu de 70% para 25%.

A identificação desta desigualdade, aliada às estimativas dos determinantes dos salários, remetem à principal contribuição deste estudo. Isto é, destacar a importância da escolaridade e do trabalho formal entre os jovens brasileiros, não só por serem importantes na determinação dos salários, mas também por contribuírem para a diminuição do hiato salarial existente entre os jovens dos diferentes sexos.

É importante destacar, conforme a discussão nos capítulos anteriores, que a educação não afeta apenas os salários, ela é encarada como um processo de empoderamento, onde se adquirem habilidades, não apenas voltadas para o mercado de trabalho, como também para a vida (LANZI, 2007). Efeito que se torna evidente ao se observar a importância dos pais na decisão de ingressar no mercado de trabalho. Desta forma, promover a escolaridade significa expandir o conjunto de capacitações dos indivíduos, afetando diretamente as possibilidades de engajamento social e ao acesso à oportunidades de desenvolvimento.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo estudar e identificar os determinantes dos rendimentos dos jovens brasileiros, levando em conta a possibilidade de viés de seleção e, enfatizando possíveis diferenças de gênero. Desta maneira, primeiro se analisou as variáveis que contribuem com a probabilidade do jovem ingressar no mercado de trabalho. Dentre elas, destaca-se o papel do meio rural, que aumenta a probabilidade do jovem do sexo masculino ingressar no mercado de trabalho, produzindo efeito oposto para as do sexo feminino. No entanto, esta variável reduz os salários, tanto dos homens como das mulheres, sendo ainda mais prejudicial para elas.

Além disso, a educação dos pais e a renda do domicílio, de forma semelhante ao capítulo anterior, foram identificadas como importantes na determinação da participação no mercado de trabalho. Reforçando a idéia de que existe uma transmissão intergeracional da

educação, isto é, o nível de escolaridade atingida pelo filho tende a estar altamente correlacionado com o nível dos pais. Esta mesma preocupação com o investimento na educação é verificada em domicílios de maior renda.

A importância da escolaridade também é de destaque na determinação dos salários, conjuntamente com a participação no mercado formal, os intervalos de ensino afetaram positivamente os salários, principalmente para as mulheres jovens. Através desta análise, é possível inferir que medidas que venham beneficiar os jovens devem enfatizar a redução dos custos de entrada e de uma menor regulação do mercado de trabalho formal e, também, promoverem um maior incentivo à escolaridade.

Estes fatores, de uma forma geral, reforçam a necessidade pela busca do empoderamento dos jovens, principalmente dos menos favorecidos e habitantes do meio rural, no sentido de que eles consigam atingir uma vida que eles tenham razão para valorar. Isto é, eles devem possuir maior agência, para obter as oportunidades de levar uma vida próspera, minimamente digna e não ficarem restritos pelas suas condições em termos de recursos.

6 CONCLUSÃO FINAL

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar características dos jovens ligadas à tomada de decisão quanto a estudar e trabalhar e, também, na determinação dos salários. Na busca por possíveis diferenças de gênero, enfatizou-se políticas e medidas que pudessem combater esta desigualdade, utilizando como ponto de vista diferentes paradigmas do desenvolvimento humano.

Os resultados, de uma maneira geral, destacaram o papel da educação dos pais e da renda do domicílio, que em ambos os ensaios foram identificados como importantes na determinação da participação no mercado de trabalho. Isto reforça a idéia de que existe uma transmissão intergeracional da educação e de oportunidades. Já no que tange as diferenças de gênero, destacou-se o papel da maternidade em diminuir as chances das mães se encontrarem estudando e, ainda, por impactar negativamente nos salários. Demonstrando os efeitos negativos da ocorrência de gravidez na adolescência.

Além disso, o meio rural e o casamento foram ressaltados no primeiro ensaio, como influência para que as jovens não estivessem mais estudando, principalmente na definição que incluía os afazeres domésticos. Inclusive, a menor tendência de queda nas probabilidades de ser NEET na definição usual de trabalho, aliado ao declínio abrupto destas chances entre as mulheres, observados com a definição mais ampla, indicou que políticas anti-NEET devem buscar instrumentos que permitam uma maior conciliação entre os afazeres domésticos, o mercado de trabalho e os estudos. Isto é, que tornem possível uma maior igualdade de oportunidade entre os sexos.

No segundo ensaio, foram identificados determinantes dos salários dos jovens. Neste sentido, o nível educacional e o papel do mercado formal de trabalho foram destacados os principais promotores de melhores salários, beneficiando principalmente as mulheres. Portanto, promover estes dois aspectos é crucial para políticas que sejam destinadas a beneficiar os jovens, e que sejam destinadas a reduzir a desigualdade de gênero.

Em suma, os resultados encontrados nesta dissertação reforçam a necessidade de se buscar o empoderamento dos jovens, enfatizando o poder de agência e visando uma maior igualdade de oportunidades, principalmente entre os menos favorecidos. Assim, torna-se mais factível a possibilidade de que as pessoas consigam atingir uma vida que tenham razão para valorar.

REFERÊNCIAS

- ALBANESI, S., OLIVETTI, C. Home production, market production and the gender wage gap: Incentives and expectations. **Review of Economic Dynamics**. v.12, p.80-107, 2009.
- ALCÁZAR, L., RENDÒN, S., WACHTENHEIM, E. Working and Studying in Rural Latin America: critical decisions of adolescence. Inter-American Development Bank **Research Network Working Papers #R-469**, 2002.
- ARROW, K. The benefits of education and the formation of preferences. In: BEHRMAN, J. R.; STACY, N. (Orgs.) **The social benefits of education**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997.
- ARRUDA, M. R. **Prolongamento da Juventude**: opção ou falta de opção? 2004. 107 f. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.
- BARROS, P. B.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Discriminação e Segmentação no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Renda no Brasil. **Texto para Discussão do IPEA n° 1288**, 2007.
- BASSI, M.; BUSSO, M.; URZÚA, S.; VARGAS, J. **Disconnected**: Skills, Education, and Employment in Latin America. Washington DC: Inter-American Development Bank, 2012.
- BASU, K. VAN, P. H. The Economics of Child Labor. **American Economic Review**. v. 88, n.3, p. 412-427, 1998.
- BECKER, G. A Theory of the Allocation of Time. **The Economic Journal**. v. 75, n. 299, p. 493-517, 1965.
- BECKER, G. Human Capital, Effort, and the Sexual Division of Labor. **Journal of Labor Economics**. v. 3, n. 1, p. S33-S58, 1985.
- BECKER, G. **A treatise on the family**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1990. **Anais do...**, ABEP, 1990.
- BERCOVICH, A.; MASSÉ, G. Descontinuidades demográficas, onda jovem e Mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina. In: I Congresso da Associação Latino Americana de População – ALAP, 2004, Caxambu-MG. **Anais do...** Caxambu: ALAP, 2004.
- BIANCHI, S.M., ROBINSON, J. P., MILKIE, M. A. **Changing Rhythms of American Family Life**. New York: Russell Sage Foundation, 2006.
- BIGLAN, A; BRENNAN, P. A.; FOSTER, S. L.; HOLDER, H. D. **Helping Adolescents at Risk**: Prevention of Multiple Problem Behaviors. New York: Guilford Press, 2004.
- BRUNS, B; EVANIS, D.; LUQUE, J. **Achieving World Class Education in Brazil**: The Next Agenda. Washington DC: The World Bank, 2012.

- BYNNER, J.; HEATHER, J.; TSTATSAS, M. **Obstacles and Opportunities on the Route to Adulthood: Evidence from Rural and Urban Britain**. London: Smith Institute, 2000.
- BYNNER, J. PARSONS, S. Social Exclusion and the Transition from School to Work: The Case of Young People Not in Education, Employment, or Training NEET. **Journal of Vocational Behavior**. v.60, n. 2, p.289-309, 2002.
- CAMARANO, A., KANSO, S. O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? **Mercado de trabalho**. v.53, p. 37-44, 2012.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Transição para a Vida Adulta: mudanças por período de coorte; 2006) In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V.; LEITE, P. G. P. G. Desigualdade Salarial entre Raças no Mercado de Trabalho Urbano Brasileiro: Aspectos Regionais. **Revista Brasileira de Economia**. v. 58, n. 2, p.185-210, 2004.
- CHEVALIER, A, VIITANEN, T. The long-run labour market consequences of teenage motherhood in Britain. **Journal of Population Economics**, v. 16, n. 2, p. 323-343, 2003.
- CHIAPPERO-MARTINETTI, E.; SABADASH, A. Human Capital and Capabilities Approaches: towards a Theoretical Integration. **HDCP-IRC Working Paper Series n° 19/2012**, 2012.
- CHIAPPORI, P. Collective Labor Supply and Welfare. **Journal of Political Economy**. v. 100, n.3, p.437-467, 1992.
- COELHO, A. M.; CORSEUIL, C. H. Diferenciais Salariais no Brasil: um breve panorama. **Texto para discussão do IPEA n° 898**, 2002.
- COLES, B. et al. Literature Review of the Costs of being ‘Not in Education, Employment or Training’ at Age 16-18. **Department for Education and Skills, Research Report n° 347**, 2010.
- COMIM, F. V. Capability Dynamics: the importance of time to capability assessments. In: **3rd Conference on Capability Approach**, Pavia, 2003. Disponível em: www-3.unipv.it. Acesso em: jan de 2013.
- CORSEUIL, C. H; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. **Texto para discussão n° 797**, 2001.
- COSTA-RIBEIRO, C. A. Transitions into Adulthood in Brazil. **Textos da PRONEX-Juventude**, 2009. Disponível em: pronex.iesp.uerj.br/textos/. Acesso em: jan de 2013.
- COULON, A.; PIRACHA, M. Self-selection and the performance of return migrants: the source country perspective. **Journal of Population Economics**. v. 18, n. 4, p. 779-807, 2005.
- CUNHA, F., HECKMAN, J. J., LOCHNER, L. J., MASTEROV, D. V. Interpreting the evidence on life cycle skill formation. In: HANUSHEK, E. A., WELCH, F. (Orgs.), **Handbook of Economics of Education**, p.697-812. Amsterdam: North-Holland, 2006.

CUNHA, F. HECKMAN, J. J., SCHUNNACH, S. M. Estimating the Technology of Cognitive and Noncognitive Skill Formation. **Econometrica**. v. 78, n. 3, p.883-931, 2010.

CUNNINGHAM, W. Unpacking Youth Unemployment in Latin America. **World Bank Policy Research Working Paper n° 5022**, 2009.

CUNNINGHAM, W.; SALVAGNO, J. B. Youth Employment Transitions in Latin America. **World Bank Policy Research Working Paper n° 5521**, 2011.

DAHL, R. E. Adolescent brain development: a period of vulnerabilities and opportunities. **Annals of the New York Academy of Science**. v. 1021, p. 1-22, 2004.

DORSETT, R., LUCCHINO, P. Snakes and ladders in the youth labour market. In: 26th Annual Conference of the European Society for Population Economics – ESPE, 2012, Bern. **Anais...** Bern, 2012.

EDMONDS, E. **Child Labor. IZA Discussion Paper n°2606**, 2007.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: **Juventude e políticas sociais no Brasil**. CASTRO, J. A.; AQUINO, L. A. M. C., ANDRADE, C. C. (Orgs). Brasília: Ipea, 2009.

FIGUEIREDO, E. A.; ZIEGELMANN, F. A. Estimation of Opportunity Inequality in Brazil using Nonparametric Local Logistic Regression. **Journal of Development Studies**. v. 46, n. 9, 2010.

FURLONG, A.; CARTMEL, F. **Young People and Social Change: Individualisation and Risk in Late Modernity**. Buckingham: Open University Press, 2007.

FUSSEL, E. Structuring the transition to adulthood: an entropy analysis of the early life course in the United States, 1880 to 2000. In: **Meeting PAA**, 2006. Disponível em: <http://paa2006.princeton.edu/download.aspx?submissionId=60160>. Acesso em: jan 2013.

GONZAGA, G. Labor Turnover and Labor Legislation in Brazil. **Economía**. v. 4, n. 1, p. 165-222, 2003.

GONZAGA, G., CORSEUIL, C., FOGUEL, M., RIBEIRO, E. The Effects of and Apprenticeship Program on Labor Market Outcomes of Youths in Brazil. In: 34^o Meeting of the Brazilian Econometric Society. **Anais...** Porto de Galinhas, 2012.

GREENE, W. H. **Econometric Analysis**. 7a ed. New Jersey: Prentice Hall, 2011.

HADFIELD, G. A coordination model of the sexual division of labor. **Journal of Economic Behavior & Organization**. v. 40, p. 125-153, 1999.

HAVEMAN, R. H.; WOLFE, B. L. Schooling and Economic Well-Being: The Role of Nonmarket Effects. **The Journal of Human Resources**. v. 19, n. 3, p. 377-407, 1984.

HECKMAN, J. J. Sample selection bias as a specification error. **Econometrica**. v. 47, n.1, p. 153-162, 1979.

- HECKMAN, J. J. Policies to foster human capital. **Research in Economics**. n.54, v.1, p.3-56. 2000.
- HECKMAN, J. J. Role of Income and Family Influence on Child Outcomes. **Annals of the New York Academy of Sciences**. v. 1136, p. 307-323, 2008.
- HECKMAN, J. J.; KAUTZ, T. Hard evidence on soft skills. **Labour Economics**. v. 19, p. 451-464, 2012.
- HECKMAN, J. J.; LOCHNER, L.; TABER, C. Explaining Rising Wage Inequality: Explorations with a Dynamic General Equilibrium Model of Labor Earnings with Heterogeneous Agents. **Review of Economic Dynamics**. v. 1, n.1, p. 1-58, 1998.
- HECKMAN, J. J., STIXRUD, J., URZUA, S. The effects of cognitive and noncognitive abilities on labor market outcomes and social behavior. **Journal of Labor Economics**. v. 24, n. 3, p. 411-482. 2006.
- HERSCH, J. The effect of housework on earnings of husbands and wives. **Social Science Quarterly**. v. 66, p. 210-217, 1985.
- HOPKINS, K. D.; BRACHT, G. H. Ten-year stability of verbal and nonverbal IQ scores. **American Educational Research Journal**. v.12, n. 4, p. 469-477, 1975.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra em Domicílio** - PNAD. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em dez. 2012. (2011)
- ILO. International Labour Organization. **Global Employment Trends for Youth**, 2006. Disponível em: <http://www.ilo.org>. Acesso em: jan de 2013.
- KASSOUF, A. L. The wage rate estimation using the Heckman procedure. **Revista de Econometria**. p. 89-107, 1994.
- KASSOUF, A. L. Wage gender discrimination and segmentation in the Brazilian labor market. **Economia Aplicada**. v. 2, n. 2, p. 243-269, 1998.
- KIMMEL, J., CONNELLY, R. Mothers' Time Choices: Caregiving, Leisure, Home Production, and Paid Work. **The Journal of Human Resources**. v. XLII, n. 3, p.663-681, 2006.
- KRUGER, D. I., BERTHELOM, M. E. Child work and schooling: the role of domestic activities among girls in Brazil. In: World Bank Conference on Employment and Development. 2008, Los Angeles. **Anais...** Los Angeles, 2008.
- LAM, D.; DURYEY, S. Effects of schooling on fertility, labor supply, and investments in children, with evidence from Brazil. **Journal of Human Resources**. v. 34, n. 1, p. 160-192, 1999.
- LANZI, D. Capabilities, human capital and education. **The Journal of Socio-Economics**. v. 36, n. 3, p. 424-435, 2007

LEE, L. Identification and Estimation in Binary Choice Models with Limited (Censored) Dependent Variables. **Econometrica**. v. 47, n. 4, p. 977-996, 1979.

LEME, M., WAJNMAN, S. A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000. Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000.

LEVISON, D., MOE, K. S. Household work as a deterrent to schooling: an analysis of adolescent girls in Peru. **Journal of Developing Areas**. v. 32, n. 3, p. 339-356, 1998.

LEVISON et al. Youth Education and Work in Mexico. **World Development**. v. 29, n.1, p. 167-188, 2001.

LINDSAY, C.; MCQUAID, R. The Capability Approach – a Framework for Labour Market Information on Young Adults. In: LARSEN, C.; KIPPER, J.; SCHMID, A. (Eds.). **Regional Monitoring Approaches for the Reduction and the Prevention of Youth Unemployment in Europe**, 2010.

LOUREIRO, P. R. A.; CARNEIRO, F. G.; SACHSIDA, A. Race and gender discrimination in the labor market: na urban and rural sector analysis for Brazil. **Journal of Economic Studies**. v. 31, n. 2, p. 129-143, 2004.

MADALOZZO, R. Market and Home Production: Gender Differences in Brazil. **Inspere Working Paper n° 168**, 2009.

MADDALA, G. **Limited-dependent and qualitative variables in Econometrics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MADEIRA, F. R. Educação e Desigualdade no Tempo de Juventude. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

MANSER, M., BROWN, M. Marriage and household decision making: a bargaining analysis. **International Economic Review**. v. 21, p. 31-44, 1980.

MARCHIONNI, M. Labor Participation and Earnings for Young Women in Argentina. **CEDLAS Documento de Trabajo n° 29**, 2005.

MARTINEZ-RESTREPO, S. **The Economics of Adolescents' Time Allocation: Evidence from the Young Agent Project in Brazil**. 2012. 220f. Tese (Doutor em Filosofia) – School of Arts and Sciences, Columbia University, 2012.

MCELROY, M., HORNEY, M. Nash-bargained household decisions: toward a generalization of the theory of demand. **International Economic Review**. v. 22, p. 333-349, 1981.

MELLO, J. L. **Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

MENEZES-FILHO, N. A.; FERNÁNDEZ, R.; PICCHETTI, P.; BARROS, R.; CORSEUIL, C. FOGEL, M.; SANTOS, D. WAJNMAN, S.; LEME, M. C. Adolescents in Latin America

and the Caribbean: Examining the time allocation decisions with cross-country micro data. **Inter-American Development Bank Research Network Working Paper n° R-470**. 2002.

MILLER, R. A. Job Matching and Occupational Choice. **Journal of Political Economy**. v. 92, n. 6, p. 1086-1120, 1984.

MILLER, A. R. The effects of motherhood timing on career path. **Journal of Population Economics**. v. 24, n. 3, p. 1071-1100, 2011.

MINCER, J.; POLACHEK, S. Family investments in human capital: Earnings of women. **Journal of Political Economy**. v. 82, n. 2, p.S76-S108, 1974.

MOORE, K. WAITE, L. J. Marital Dissolution, Early Motherhood and Early Marriage. **Social Forces**. v. 60, n. 1, p. 20-40, 1981.

MROZ, T., SAVAGE, T. The Long-Term Effects of Youth Unemployment. **The Journal of Human Resources**. v. 48, n. 2, p. 259-293, 2004.

MURPHY, K. M., WELCH, F. Empirical Age-Earnings Profiles. **Journal of Labor Economics**. v. 8, n. 2, p. 202-229, 1990.

NAWATA, K. Estimation of the Female Labor Supply Models by Heckman's Two-Step Estimator and the Maximum Likelihood Estimator. **Mathematics and Computers in Simulation**. v. 64, n. 3-4, p. 385-392, 2004.

NEUMARK, D.; MCLENNAN, M. Sex Discrimination and Women's Labor Market Outcomes. **The Journal of Human Resources**. v. 30, n. 4, p.713-740,1995.

NOVELLINO, M. S. F. Chefia Feminina de Domicílio como Indicador de Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres Pobres. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu-MG. **Anais do...** Caxambu-MG, 2004.

NOVELLINO, M. S. F. Um estudo sobre as mães adolescentes brasileiras. **Psysis Revista de Saúde Coletiva**. v. 21, p. 299-318, 2010.

NUSSBAUM, M. **Sex and Social Justice**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

NUSSBAUM M. **Women and Human Development: the capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NUSSBAUM, M. C. **Creating Capabilities: The human development approach**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

ONU – Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/bkgd.shtml>. Acesso: jan. de 2013.

PARDO, M. S. Jóvenes que ni estudian ni trabajan: un riesgo para la cohesión social em America Latina. CIEPLAN y Tecnológico de Monterrey. mimeo, 2011.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Informe de Desarrollo Humano del Mercosur 2009-2010. **Innovar para incluir: jóvenes y el desarrollo humano**. Buenos Aires: Libros del Zorzal. 2009.

POPHAM, I. Tacking NEETs: Research on Action and Other Factors that Can Contribute to a Reduction in the Number of Young People Not in Education, Employment or Training (NEET). **DfES Publications**: Nottingham, 2003.

QUINTINI, G.; MARTIN, S. Starting Well or Losing their Way?: The Position of Youth in the Labour Market in OECD Countries. **OECD Social, Employment and Migration Working Papers n° 39**, 2006.

QUINTINI, G.; MARTIN, J.; MARTIN, S. The Changing Nature of the School-to-Work Transition Process in OECD Countries. **IZA Discussion Paper n° 2582**, 2007.

RESENDE, M.; WYLLIE, R. Retornos para Educação no Brasil: Evidências Empíricas Adicionais. **Economia Aplicada**. v. 10, n. 3, p. 349-365, 2006.

ROBEYNS, I. Sen's Capability Approach and Gender Inequity: selecting relevant capabilities. **Feminist Economics**. v. 9, n. 2-3, p. 61-92, 2003.

ROBSON, K. Becoming NEET in Europe: A Comparison of Predictors and Later- Life Outcomes. In: Global Network on Inequality Mini-Conference, 2008, New York. **Anais...** New York, 2008.

SAITO, M. Amartya Sen's capability approach to education: a critical exploration. **Journal of Philosophy of Education**. v. 37, n. 1, p. 17-31, 2003.

SCHULTZ, T., W. Investment in human capital. **American Economic Review**. v. 51, n. 1, p. 1-17, 1961.

SCHULTZ, T., P. Why Governments Should Invest more to Educate Girls. **World Development**. v. 30, n. 2, p. 207-225, 2002.

SCHWARTZMAN, S. Benchmarking secondary education in Brazil. In: International Seminar on Best Practices of Secondary Education, 2010, Brasília. **Anais...** Brasília, 2010.

SEN, A. **Social Exclusion**: concept, application, and scrutiny. Manila, Filipinas: Banco de Desenvolvimento da Ásia, 2000.

SILVA, N. D. V.; KASSOUF, A. L. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 19, n. 2, 2002.

SOARES, S. S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. **Texto para Discussão do Ipea n° 769**, 2000.

SOUZA, L. R.; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L. A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. v. 28, n. 1, p. 57-79, 2011.

STRAUSS, J.; THOMAS, D. Human resources: Empirical modeling of household and family decisions. In: **Handbook of Development Economics**. RODRIK, D.; ROSENZWEIG, M. (Eds.). v. 3, part A, p. 1883-2023, 1995.

TZANNATOS, Z. Women and Labor Market Changes in the Global Economy: Growth Helps, Inequalities Hurt and Public Policy Matters. **SP Discussion Paper n° 9808**, 1998.

ULYSSEA, G. Regulation of entry, labor market institutions and the informal sector. **Journal of Development Economics**. v. 91, n. 1, p. 87-99, 2010.

UNICEF. **Adolescence: The big picture**, 2010. Disponível em: http://www.unicef.org/adolescence/index_bigpicture.html. Acesso em jan. de 2013.

UNTERHALTER, E. Gender Equality, Education, and the Capability Approach. In: WALKER, M.; UNTERHALTER, E (Orgs.). **The capability approach: its potential for work in education**, p. 87-108. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2007.

VIEIRA, J. M. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. v. 25, n. 1, p. 27-48, 2008.

WELLER, J. La inserción laboral de los jóvenes: características, tensiones y desafíos. **Revista de la CEPAL**. v. 92, p. 61-82, 2007.

WHOSIS. **WHO Technical report 2008**. Genebra, Suíça. Disponível em www3.who.int/whosis/menu.cfm. Acesso em: jan. de 2013.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. Cambridge, EUA: MIT Press, 2010.

APÊNDICE

Tabela A.1. Descrição das variáveis utilizadas.

Atributo	Descrição
Idade	Idade do indivíduo, assumindo valores de 15 a 29 anos.
Idade2	Quadrado da variável Idade
Filho	Variável binária: 1 se posição no domicílio é filho do chefe, 0 caso contrário.
Raça	Variável binária: 1 se indivíduo se considera da raça branca, 0 caso contrário.
Mãe	Variável binária: 1 se a jovem possui filhos, 0 caso contrário.
Casado	Variável binária: 1 se casado, 0 caso contrário.
Estudo 1 a 4	Variável binária: 1 se tem entre 1 e 4 anos de estudo, 0 caso contrário.
Estudo 5 a 10	Variável binária: 1 se tem entre 5 e 10 anos de estudo, 0 caso contrário..
Estudo 11 a 14	Variável binária: 1 se tem entre 11 e 14 anos de estudo, 0 caso contrário..
Estudo 15 mais	Variável binária: 1 se tem 15 ou mais anos de estudo, 0 caso contrário.
Educação pais primária	Variável binária: 1 se educação dos pais é no máximo o ens. Fundamental, 0 caso contrário.
Educação pais superior.	Variável binária: 1 se educação dos pais é no máximo o ens. Superior, 0 caso contrário.
Chefe trabalha	Variável binária: 1 se chefe do domicílio trabalha, 0 caso contrário.
Chefe mulher	Variável binária: 1 se chefe do domicílio é mulher, 0 caso contrário.
Trabalho tempo integral	Variável binária: 1 se as horas trabalhadas estão acima de 35hrs por semana, 0 caso contrário.
Trabalho formal	Variável binária: 1 se o emprego é trabalho formal, isto é, se possui carteira assinada e 0 caso contrário.
N° pessoas	número de pessoas no domicílio
N° cômodos	número de cômodos no domicílio
Banheiro com encanamento	Variável binária: 1 se banheiro do domicílio possui esgoto encanado, 0 caso contrário.
Outra renda	Variável binária: 1 se recebe outra renda que não de trabalho, 0 caso contrário.
Rural	Variável binária: 1 se habita area rural, 0 caso contrário.
N	Variável binária: 1 se é de algum dos estados do Norte, 0 caso contrário.
NE	Variável binária: 1 se é de algum dos estados do Nordeste, 0 caso contrário.
S	Variável binária: 1 se é de algum dos estados do Sul, 0 caso contrário.
CO	Variável binária: 1 se é de algum dos estados do Centro Oeste, 0 caso contrário.

Tabela A.2. Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no Capítulo 4.

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idade	91754	21,890	4,376	15	29
Idade2	91754	498,32	192,78	225	841
Filho	91754	0,560	0,496	0	1
Raça	91754	0,418	0,493	0	1
Mãe	46065	0,365	0,481	0	1
Casado	91754	0,026	0,159	0	1
Estudo 1 a 4	91754	0,062	0,241	0	1
Estudo 5 a 10	91754	0,448	0,497	0	1
Estudo 11 a 14	91754	0,387	0,487	0	1
Estudo 15 mais	91754	0,058	0,233	0	1
Educ. pais prim.	91754	0,339	0,473	0	1
Educ. pais sup.	91754	0,117	0,322	0	1
Chefe trabalha	91754	0,529	0,499	0	1
Chefe mulher	91754	0,282	0,450	0	1
Nº pessoas	91754	4,175	1,828	1	29
Nº cômodos	91754	5,771	2,088	1	28
Banheiro enc.	91754	0,552	0,497	0	1
Outra renda	91754	0,098	0,297	0	1
Rural	91754	0,135	0,342	0	1
N	91754	0,173	0,378	0	1
NE	91754	0,302	0,459	0	1
S	91754	0,149	0,356	0	1
CO	91754	0,106	0,308	0	1

Tabela A.3. Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no Capítulo 5.

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Trabalha	90183	0,559	0,497	0	1
Idade	90183	21,853	4,378	15	29
Idade2	90183	496,72	192,75	225	841
Filho	90183	0,560	0,496	0	1
Raça	90183	0,418	0,493	0	1
Mãe	90183	0,184	0,388	0	1
Casado	90183	0,026	0,159	0	1
Estudo 1 a 4	90183	0,062	0,242	0	1
Estudo 5 a 10	90183	0,452	0,498	0	1
Estudo 11 a 14	90183	0,385	0,487	0	1
Estudo 15 mais	90183	0,056	0,230	0	1
Educ. pais prim.	90183	0,339	0,474	0	1
Educ. pais sup.	90183	0,117	0,321	0	1
Chefe trabalha	90183	0,530	0,499	0	1
Chefe mulher	90183	0,281	0,449	0	1
Trab. tempo integral	90183	0,874	0,332	0	1
Trab. formal	90183	0,330	0,470	0	1
Salário horário (ln)	47251	2,909	0,735	0	9,350
N° pessoas	90183	4,176	1,830	1	29
N° cômodos	90183	5,767	2,086	1	28
Banheiro enc.	90183	0,549	0,498	0	1
Outra renda	90183	0,099	0,298	0	1
Rural	90183	0,136	0,343	0	1
N	90183	0,173	0,379	0	1
NE	90183	0,302	0,459	0	1
S	90183	0,150	0,357	0	1
CO	90183	0,107	0,309	0	1

Tabela A.4. Resultado do modelo *logit multinomial* para os homens jovens, utilizando a definição de trabalho que inclui os afazeres domésticos – 2011.

Variáveis	NEET	Trabalha	Trabalha e Estuda	Variáveis	NEET	Trabalha	Trabalha e Estuda
Idade	5,344*** (0,455)	8,575*** (0,581)	1,405*** (0,090)	Chefe trabalha	0,858** (0,056)	1,020 (0,052)	1,180*** (0,058)
Idade2	0,969*** (0,002)	0,961*** (0,002)	0,995*** (0,002)	Chefe mulher	1,229*** (0,072)	0,956 (0,043)	0,935 (0,040)
Filho	1,144 (0,096)	0,462*** (0,029)	0,779*** (0,047)	Nº pessoas	1,130*** (0,017)	1,063*** (0,013)	0,958*** (0,011)
Raça	0,768*** (0,045)	0,703*** (0,032)	0,800*** (0,034)	Nº cômodos	0,887*** (0,013)	0,837*** (0,009)	0,943*** (0,009)
Casado	4,632*** (2,242)	6,737*** (3,068)	4,176*** (1,949)	Banheiro enc.	0,763*** (0,050)	0,590*** (0,031)	0,805*** (0,039)
Estudo 1 a 4	0,266*** (0,039)	0,652*** (0,092)	1,095 (0,151)	Outra renda	1,335*** (0,143)	0,364*** (0,038)	0,957 (0,085)
Estudo 5 a 10	0,137*** (0,017)	0,505*** (0,064)	1,464*** (0,179)	Rural	0,977 (0,089)	1,913*** (0,131)	1,629*** (0,107)
Estudo 11 a 14	0,254*** (0,035)	0,938 (0,127)	2,005*** (0,266)	N	0,533*** (0,050)	0,591*** (0,042)	1,372*** (0,091)
Estudo 15 mais	0,210*** (0,045)	0,894 (0,176)	1,877*** (0,372)	NE	0,770*** (0,054)	0,556*** (0,031)	0,844*** (0,044)
Educ. pais prim.	1,491*** (0,093)	1,321*** (0,064)	1,045 (0,048)	S	0,996 (0,097)	1,802*** (0,131)	2,099*** (0,141)
Educ. pais sup.	0,524*** (0,048)	0,340*** (0,023)	0,706*** (0,041)	CO	0,762*** (0,074)	0,868* (0,064)	1,371*** (0,094)
Pseudo R2							0,246
Log pseudolikelihood							-20210868
Nº obs.							45689

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2011.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. ***, ** e * representam significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Tabela A.5. Resultado do modelo *logit multinomial* para as mulheres jovens, utilizando a definição de trabalho que inclui os afazeres domésticos – 2011.

Variáveis	NEET	Trabalha	Trabalha e Estuda	Variáveis	NEET	Trabalha	Trabalha e Estuda
Idade	2,650*** (0,368)	3,066*** (0,289)	0,846* (0,076)	Chefe trab.	0,942 (0,089)	1,247*** (0,081)	1,467*** (0,092)
Idade2	0,983*** (0,003)	0,982*** (0,002)	1,007*** (0,002)	Chefe mulher	1,181* (0,110)	0,959 (0,058)	0,929 (0,053)
Filho	0,879 (0,107)	0,386*** (0,032)	0,811*** (0,064)	Nº pessoas	1,162*** (0,027)	1,068*** (0,019)	0,984 (0,016)
Raça	0,793** (0,072)	0,628*** (0,038)	0,780*** (0,045)	Nº cômodos	0,834*** (0,019)	0,787*** (0,010)	0,894*** (0,010)
Tem filho	4,449*** (0,795)	9,275*** (1,378)	2,437*** (0,362)	Banheiro enc.	0,845 (0,089)	0,614*** (0,043)	0,729*** (0,048)
Casado	5,510*** (2,623)	6,961*** (2,941)	4,364*** (1,839)	Outra renda	1,137 (0,171)	0,800* (0,092)	1,039 (0,115)
Estudo 1 a 4	0,188*** (0,054)	0,881 (0,217)	0,945 (0,222)	Rural	1,943*** (0,315)	2,468*** (0,292)	2,029*** (0,233)
Estudo 5 a 10	0,111*** (0,023)	0,695* (0,135)	1,457** (0,269)	N	0,802 (0,115)	0,546*** (0,054)	1,250** (0,115)
Estudo 11 a 14	0,264*** (0,059)	2,220*** (0,451)	1,616** (0,314)	NE	0,900 (0,100)	0,635*** (0,046)	0,916 (0,063)
Estudo 15 mais	0,425*** (0,129)	4,391*** (1,154)	1,346 (0,345)	S	1,091 (0,159)	1,401*** (0,129)	1,522*** (0,131)
Educ. pais primária	1,602*** (0,166)	1,626*** (0,114)	1,187** (0,080)	CO	0,920 (0,135)	0,731*** (0,070)	1,208** (0,108)
Educ. pais superior	0,643*** (0,081)	0,271*** (0,022)	0,534*** (0,038)	-	-	-	-
				-	-	-	-
Pseudo R2							0,285
Log pseudolikelihood							-15777735
Nº obs.							46065

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD 2011.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. ***, ** e * representam significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.